



**INSTITUTO FEDERAL**

Espírito Santo  
Campus Vitória

# **Cultura Imaterial e Formação Docente: o Congo e a Folia de Reis na Serra-ES.**

Nadia Juliana Rodrigues Serafim  
Aldieris Braz Amorim Caprini





# Cultura Imaterial e Formação Docente: o Congo e a Folia de Reis na Serra-ES.

Nadia Juliana Rodrigues Serafim  
Aldieris Braz Amorim Caprini

1ª edição  
Vitória, 2020

**CRÉDITO CAPA**  
Nadia Juliana Rodrigues Serafim

Copyright © 2020 by Instituto Federal do Espírito Santo Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto Nº 1.824, de 20 de dezembro de 1907. O conteúdo dos textos é de inteira responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória

Código Nadia, Juliana Rodrigues Serafim.

Cultura Imaterial e Formação Docente: o Congo e a Folia de Reis na Serra-ES /  
Nadia Juliana Rodrigues Serafim, Aldieris Braz  
Amorim Caprini. – Vitória, ES : Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do  
Espírito Santo, 2020.

70 p. : il. ... cm. (Série se houver; número)

ISBN: 000-00-0000-000- (ebook).

• Cultura Imaterial. 2. Formação - docente. 3. Diversidade étnico-racial.  
4. Educação. I. .... II. Instituto Federal do Espírito Santo.  
III. Título.

**CDD – 000.000**

**Editora do IFES**  
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Espírito Santo

**Pró-Reitoria de Extensão e Produção**  
Av. Rio Branco, 50, Santa Lúcia, Vitória – Espírito Santo – CEP 29056-255. Tel.(27) 3227-5564  
E-mail: editoraifes@ifes.edu.br

**Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades (PPGEH)**  
Av. Vitória, 1729 – Jucutuquara, Vitória – Espírito Santo – CEP 29040-780

**Capa e editoração**  
Ananda Miranda

**Imagem da Capa**  
Nadia Juliana Rodrigues Serafim

**Produção e Divulgação**  
Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades (PPGEH) / IFES

# Sobre os autores

## Instituto Federal do Espírito Santo

JOSÉ JADIR PELA  
Reitor

ANDRÉ ROMERO DA SILVA  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

RENATO TANNURE ROTTA DE ALMEIDA  
Pró-Reitor de Extensão e Produção

ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELOS  
Pró-Reitora de Ensino

LEZI JOSÉ FERREIRA  
Pró-Reitor de Administração e Orçamento

ADEMAR MANOEL STANGE  
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional  
Diretoria do Campus Vitória

HUDSON LUIZ CÔGO  
Diretor Geral

MÁRCIO ALMEIDA  
CÓ Diretor de Ensino

CRISTIAN MARIANI LUCAS DOS SANTOS  
Diretor de Extensão

ROSENI DA COSTA SILVA PRATTI  
Diretora de Administração

MÁRCIA REGINA PEREIRA LIMA  
Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação

LEONARDO BIS DOS SANTOS  
Coordenador do PPGEH



## Nadia Juliana Rodrigues Serafim

Licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua como professora no Ensino Básico do município da Serra, mestranda em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo.

E-mail: [nadiarserafim@yahoo.com.br](mailto:nadiarserafim@yahoo.com.br)



## Aldieris Braz Amorim Caprini

Licenciado em História pela Faculdade São Camilo-ES (2002), Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007), Doutor em Educação pela PUC/SP (2014), Pós-Doutor em Educação pela USP (2017). Atua como professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do ES e do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha. Desenvolve estudos e pesquisas na área da Educação nos temas formação de professores, currículo e diversidade étnico-racial.





## *Índice*

**Apresentação • 10**

**Introdução • 11**

**1º Encontro - Formação de professores e a educação para as relações étnico-raciais • 14**

**2º Encontro - Lugar, lugares, historicidades e gentes: afrodescendência e patrimônio cultural no município da Serra • 26**

**3º Encontro - Cultura imaterial: compondo memórias, pertencimentos e patrimônios • 45**

**4º Encontro - Na Serra, dezembro e janeiro anunciam congo e folia: peculiaridades da cultura imaterial na comunidade de Nova Almeida • 57**

**Considerações finais • 74**





*Por debaixo de uma aparência que tudo uniformiza, busca a realidade da própria cultura na variação e na diferença entre formas reais com que categorias diversas de sujeitos vivem coletivamente a experiência cotidiana da produção, da apropriação e da atribuição de significados aquilo que fazem, criam, crêem, transformam, dizem de si e se acreditam ser: bens materiais, símbolos e valores com que tecem a trama de suas próprias vidas.*

**Carlos Rodrigues Brandão**



# Apresentação

Esse e-book foi elaborado como fomento aos processos de formação de professores dos anos iniciais na Serra. Esse material educativo compõe parte dos objetivos da pesquisa com o título: **“Cultura Imaterial e Formação Docente: o Congo e a Folia de Reis na Serra-ES.”**, que foi desenvolvida no mestrado profissional em Ensino de Humanidades (PPGEH), do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), sob orientação do professor Dr. Aldieris Bráz Amorim Caprini, dentro da linha de pesquisa - Formação de professores. Priorizamos no percurso da pesquisa a metodologia participante, assim, esse material educativo, que faz parte das exigências do mestrado profissional, foi produzido de forma colaborativa com professores dos anos iniciais do município da Serra, que também avaliaram as suas possibilidades como ferramenta educativa. O seu conteúdo foi pensado visando a contribuir para reflexões críticas e renovação das práticas docentes na educação básica, por meio de experiências educativas, perspectivando valorizar a Cultura Imaterial, constituída nos movimentos do Congo e da Folia de Reis. Busca-se fazer emergir, a partir do conhecimento dessas culturas, questões envolvendo diversidades étnicas e raciais na escola.

Nadia Juliana Rodrigues Serafim  
Aldieris Braz Amorim Caprini



## Introdução

Nesse início de percurso, reafirmamos que esse material educativo se constitui como resultado de uma pesquisa de mestrado que abordou a cultura imaterial da Serra, por meio da análise do Congo e da Folia de Reis do bairro Nova Almeida, na formação continuada de professores do município. Sabe-se do desafio de ter a Serra como lócus da pesquisa, pois isso significa se enveredar por um caminho sinuoso no campo social e cultural.

Percebemos que a nossa realidade social, marcada pelas desigualdades, acaba por difundir e reforçar a ideia da existência de “culturas inferiores” ou “não culturas”. Brandão (2007) afirma que nos habituamos a comparar e construir valores hierárquicos entre as culturas humanas, tomando uma “principal” como referência. No caso do Brasil, temos a cultura eurocêntrica como marca histórica que, por força ideológica e física, atravessou as outras culturas aqui constituídas, sobretudo por ter sustentado séculos de escravidão humana. Essa realidade impôs um alijamento e deturpação da cultura imaterial de origem popular, oriunda dos afrodescendentes e indígenas, o que gerou um entendimento embaçado, estereotipado de nosso Patrimônio cultural (SEGALA, 2005). Além disso, estudos comprovam que



convivemos com as permanências do racismo em suas diversas formas dentro e fora da escola (MUNANGA, 2005). O que justifica que a nossa luta contra o preconceito e o racismo na escola deve estar viva e inserida em seu cotidiano. Nesse sentido, pretendemos, com este material educativo, contribuir com a práxis de docentes atuantes na Educação Básica, por meio de reflexões e problematizações em torno do reconhecimento e apropriação da Cultura Imaterial local, a partir das expressões do Congo e da Folia de Reis, enfocando nas potencialidades dessas culturas para tratar das questões étnico-raciais na educação escolar. Perspectivamos fazer emergir as implicações que as produções culturais têm para as transfigurações dos sujeitos em suas memórias, identidades e pertencimentos.

#### Nesse trabalho temos como principais temas e referências teóricas:

Para realizar uma análise da Educação para Relações Étnico-raciais na formação docente, por meio da cultura imaterial, nos orientamos pelos trabalhos de Munanga (2005), Lino Gomes (2018) (2012) e Petronilha Silva (2007). Esses autores nos orientam a uma luta constante contra o preconceito e o racismo na escola. Nas temáticas: Formação de professores e emancipação nos direcionamos por teóricos como Freire (1996) (1997), Nóvoa (1992) e Caprini (2014). Para investigar de forma mais aprofundada as constituições em torno do patrimônio cultural imaterial, trazemos Nogueira; Nascimento (2012), Arantes (2009) e Abreu (2014). Para compreender a complexidade das culturas em sua diversidade e descontinuidades, buscamos apoio nos trabalhos de Canclinni (2006). Visando a empreender um estudo da cultura imaterial/ popular, por meio das configurações do Congo e da Folia de Reis, baseamos nas pesquisas de Brandão (1977) (1984). No trato com as memórias coletivas e pertencimentos, trazemos as contribuições de Nora (1993) e Le Goff (2003).

#### Desenvolvemos esse e-book nos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo, trazemos algumas concepções sobre a educação para relações étnico-raciais e formação de professores no Brasil, relacionando o assunto à cultura e emancipação humana. No segundo capítulo, analisamos o panorama histórico da Serra e seus desdobramentos étnicos e culturais, vislumbrando as historicidades e resiliência dos sujeitos em suas produções culturais. No terceiro capítulo, trabalhamos os conceitos de cultura imaterial, memória coletiva, pertencimentos e patrimônio cultural. Reservamos para o quarto capítulo a apresentação de análises sobre o Congo e Folia de Reis em Nova Almeida, incluindo algumas narrativas dos participantes dessas culturas. Ao longo da narrativa dos capítulos, apresentamos algumas experiências e



performances formativas que ocorreram com professores, no Centro de Formação Prof. Pedro Valadão Perez na Serra, a partir do curso de extensão “Educação para as Relações Étnico-Raciais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Literatura Infantil Afro-Brasileira e Patrimônio Cultural Imaterial”. O curso foi ofertado principalmente para professores e professoras dos anos iniciais do município. Cerca de 15 professoras frequentaram o curso, contribuindo de forma significativa para as análises temáticas, reflexões e avaliações que constituíram esse material educativo.

No decorrer do texto, traremos algumas narrativas realizadas pelos sujeitos que contribuíram para este trabalho. Contudo, respeitando a ética da pesquisa, substituiremos seus nomes por pseudônimos ligados a cultura imaterial. Salientamos que não temos o propósito de apresentar este material educativo como “modelo” de ações a serem seguidas nas formações, respeitando as especificidades dos lugares e dos sujeitos. Buscamos sim, com esta ferramenta educativa, contribuir para novas reflexões e práxis educativas na formação docente, tendo em vista a temática da Cultura Imaterial.



# 1º Encontro

## Objetivo:

Produzir reflexões e debates sobre relações étnico-raciais, ensino e formação professores no Brasil, a partir da problematização dos contextos cotidianos com os professores.



## LEITURAS

### FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Se atentarmos para experiências educativas entre os povos indígenas, quilombolas e habitantes de outros territórios negros, veremos que não é somente com a inteligência que se tem acesso a conhecimentos. Que é com o corpo inteiro – o físico, a inteligência, os sentimentos, as emoções, a espiritualidade – que ensinamos e aprendemos que descobrimos o mundo.

**Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.**

Para falar sobre Educação escolar em nossa sociedade, faz-se é necessário ter em mente que as pedagogias desenvolvidas nas escolas do Brasil deixaram evidentes, em suas formações educacionais, construções pedagógicas pensadas dentro da lógica da manutenção do status quo das elites, nas quais as classes populares foram alijadas do processo emancipatório (SAVIANI, 2007).

Paulo Freire, precursor no estudo de ideias pedagógicas voltadas para Educação Popular no Brasil, sobretudo na obra *Pedagogia do Oprimido* (1997), defendeu a projeção de uma educação que não produza abandonos propositais de uma cultura em detrimento de outra considerada “ideal”. Para ele, é preciso que a educação considere em seu processo, além das produções humanas tradicionais, as produções populares, tendo por legítima a cultura oriunda da população historicamente oprimida em nossa sociedade, oferecendo aos sujeitos a oportunidade de refletirem e transcenderem aos desfavorecimentos de sua condição social. Freire desconstruiu em seus estudos a ideia clássica de uma educação que venha de “cima para baixo”, servindo apenas para um processo de memorizar e transferir conhecimentos, reproduzindo e agravando as desigualdades já existentes.

Ao educador democrata lhe cabe também ensinar mas, para ele ou ela, ensinar não é esse ato mecânico de transferir aos educandos o perfil do conceito do objeto. Ensinar é sobretudo tornar possível aos educandos que, epistemologicamente curiosos, vão se apropriando da significação profunda do objeto somente como, apreendendo-o, podem *aprendê-lo* (FREIRE, 2001, p.37).

Freire trouxe uma concepção de ensino-aprendizagem na qual o educador como mediador do processo educacional reconhece o educando enquanto sujeito social, que possui a sua autonomia, bem como o educador possui a dele. Embora tenhamos transcendido alguns formatos pedagógicos excludentes, lamentavelmente, ainda observa-se nas escolas e em cursos de formação de professores resquícios de modelos educacionais tradicionais e excludentes. Esses paradigmas reforçam a necessidade de produção de práxis educativas que ultrapassem as produções de um sistema social de exploração, para que os sujeitos possam usufruir de um efetivo ensino-aprendizado.



E quanto à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)?

Balizamo-nos pela “escola freireana” no sentido de criar movimentos dialógicos no “chão da escola”, onde os sujeitos possam conhecer sobre si e os outros, no e com o mundo, em seus múltiplos significados, constituindo-se no coletivo como agente transformador de sua realidade. Mas, além disso, buscamos uma escola que considere em seus movimentos de ensino-aprendizagem as relações étnicas e raciais, reconhecendo a historicidade e legitimidade dos afrodescendentes que lhe compõe, forjando práticas educativas que combatam as inúmeras performances racistas e preconceituosas que ocorrem em seu cotidiano. Esse panorama dramático é confirmado por Kabengele Munanga:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (MUNANGA, 2005, p.16).

A contribuição de Munanga toca em uma problemática complexa, oriunda de nossa formação social que priorizou a cultura, o pensamento eurocêntrico, processo que

atinge a formação de nossas mentalidades. Sabemos que não consiste em tarefa fácil o combate a pensamentos e ações racistas, sobretudo dentro da escola, que como aparelho oficial do Estado recebe dele uma série de instrumentos carregados dessa ideologia. Conforme Munanga (1999), essa carga ideológica está relacionada à forte influência do chamado determinismo biológico, que teve os seus conceitos difundidos entre o final do século XIX e início do XX. Tal mentalidade levou os brasileiros a um pensamento hierárquico das etnias, colocando o branco como superior ao negro, e impôs uma suposta democracia racial, pautada na ideia de mestiçagem e superação da raça negra, “[...] eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e na degenerescência do mestiço (MUNANGA, 1999, p.52)”.



Figura 1 - “A redenção de Cam” pintura brasileira de 1895 de Modesto Brocos. A obra representava a ideologia de embranquecimento da população brasileira.

Fonte: pt.wikipedia.org

A figura ao lado (figura 1), está dentro do contexto citado por Munanga. A obra faz alusão ao mito de Cam, personagem bíblico, filho de Noé. Cam teria desobedecido seu pai, que o amaldiçoou. Esse mito, veio a ser útil para ideologia escravagista, que relacionou a maldição com a cor da pele. No quadro observamos que a “redenção” está ligada ao processo progressivo de embranquecimento da população brasileira. Relacionando essas questões com a cultura afro-brasileira, Nogueira e Nascimento (2012) afirmam que esse imaginário se refletiu como barreira para compreensão e reconhecimento dessas culturas enquanto patrimônio. “Portanto, nesse momento da nascente história das ciências no Brasil (final do século XIX), povos indígenas e populações negras, aos olhos desses cientistas, não eram portadores de memória, cultura e patrimônio cultural” (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2012, p.68).

A formação de professores no Brasil também recebe toda essa carga ideológica. Isso acarreta, por vezes, a omissão, nos conteúdos escolares, do estudo da história e cultura afro-brasileiras e, para agravar a situação, a negação da existência de preconceitos e racismos no Brasil. Entretanto, as muitas lutas dos movimentos sociais, mais especificamente dos movimentos negros brasileiros da segunda metade do século XX, retiraram o “véu” que encobria o problema, pressionando o Estado a legitimar seu enfrentamento, fato observado na conquista das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas (MUNANGA, 2001, p.35).



Figura 2- Mãos segurando o globo terrestre destacando continente africano.

Fonte: <http://www.acordacultura.org.br>

Nilma Lino Gomes (2012) afirma que essa nova realidade contribuiu para que ocorram algumas transformações nos currículos oficiais, profundamente marcados por preconceitos e exclusões da cultura e historicidades afro-brasileira. Esse processo ocorre no currículo oficial por consequência do processo colonial, escravagista e eurocêntrico, vigente no Brasil até o final do século XIX, ou seja, com pouco mais de cem anos de “mudança”. No caminho contrário às formulações racistas e tendenciosas realizadas até a primeira metade do século XX, em torno do entendimento do que era ser negro em nossa sociedade, direcionamo-nos pelas conquistas do movimento negro e pelas pesquisas atuais, por isso, buscamos a resposta nos estudos e escritos de Lino Gomes (2001) para a seguinte pergunta: o que é ser negro no Brasil?

(...) afirmo que ser negro, no Brasil, possui uma complexidade maior e não se restringe a um dado biológico. É uma postura política. É declarar explicitamente o vínculo com uma cultura ancestral, com a origem africana recriada e ressignificada em nosso país. No Brasil ser negro é torna-se negro (GOMES, 2001, p.89).



Considerando a afirmação da autora, tomamos aqui uma posição política do ser negro como um desbravamento íntimo e social, de direitos, direito a ser e a ter: cultura, educação, patrimônio, etnia. Diante do que temos apresentado, questionamos: o que compreendemos por Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER)? Petronilha Silva (2007) nos responde assim:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos (SILVA, 2007, p. 490).

Julgamos que nossa investigação vem contribuir, mesmo que de forma indireta, com as perspectivas da ERER, por refletir e debater sobre a diversidade da cultura imaterial local, nas perspectivas do Congo e da Folia de Reis, na formação de professores, problematizando questões voltadas para esse campo. Falar de cultura imaterial na Serra, por meio do Congo e da Folia de Reis, é falar das gentes que produzem essas culturas, é falar do povo negro presente nas periferias do município, que com insistência e (re) existência, fazem ecoar de seus guetos socioculturais suas vozes. Portanto, tratar do Congo e da Folia na formação docente é apontar para uma escola que tem necessidade de superar algumas práticas pedagógicas pautadas nos estereótipos ou na invisibilidade das culturas populares em seus sujeitos, é problematizar questões já cristalizadas na escola, como a detração da cultura afro-brasileira em velhas frases como “congo é macumba”, “macumba é do diabo”, “isso não é cultura” etc.

Caprini (2017, p.30) vai dizer que: “Possuímos uma cultura popular, comunidades e espaços de vivência de onde os alunos são oriundos e, muitas vezes, essa realidade é desconsiderada ou negligenciada na escola, inclusive o aluno sofrendo discriminação”. Depreendemos que pautas envolvendo diversidade étnica e cultura imaterial na formação docente vêm possibilitar a



Figura 3 - Instrumento musical do Congo da Serra.

Fonte: arquivo pessoal.

aproximação dos sujeitos presentes na escola da apropriação de seus territórios, da rua, do coletivo, quicá deles próprios, em suas identidades e pertencimentos.

Dando continuidade ao debate, demonstraremos a seguir algumas concepções teóricas em torno da formação docente no Brasil, apontando uma crítica de Freire (2001, p.37) que escreveu o seguinte: “Em lugar de apostar na formação dos educadores o autoritarismo aposta nas suas “propostas” e na avaliação posterior para ver se o “pacote” foi realmente assumido e seguido. Do ponto de vista coerentemente progressista, portanto democrático, as coisas são diferentes”. A crítica do autor nos parece bem atual, pois, não tão diferente, ainda presenciamos a imposição de propostas oriundas de políticas educacionais vindas de “cima para baixo”, desconsiderando o diálogo com a comunidade escolar, descoladas dos contextos educativos. Embora tenhamos avançado, essas ações governamentais ainda vêm sendo colocadas como prioridades, em detrimento de investimentos na Formação Inicial e Continuada de docentes. Em Freire, explicitamos uma primeira ideia sobre a concepção da formação continuada de professores. Ele assinalou que:

A melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática. É pensando sua prática, naturalmente com a presença de pessoal alta-mente qualificado, que é possível perceber embutida na prática uma teoria não percebida ainda, pouco percebida ou já percebida mas pouco assumida (FREIRE, 2001, p.37).

Em consonância com o autor, acreditamos que um sistema educacional que não investe em ações formativas de qualidade, e que não leve em consideração nas suas formulações as práticas docentes, acaba por “enxugar gelo”, não contribuindo para uma efetividade educacional. De acordo com as considerações expostas, a ação docente é sinuosa e complexa, por mediar o processo em que nos tornamos humanos, sujeitos sociais com diferentes habilidades e necessidades, por isso não pode estar estagnada. Apropriar-se dessa realidade significa abrir passagem para que estudantes, sobretudo das escolas públicas, tenham acesso a um ensino-aprendizado humanizado e emancipatório. Uma outra contribuição teórica vem de Antonio Nóvoa (2002), quando aponta que o percurso histórico da profissão docente foi adquirindo um caráter “solitário” em suas práticas. Conforme o autor:

[...] os professores desenvolveram identidades “isoladas”, por referência aos “seus” alunos e as “sua” sala de aula, mais tarde ligadas por fortes dinâmicas associativas e sindicais. Tem faltado uma dimensão coletiva, não no sentido corporativo, mas no sentido de colegialidade docente” (NÓVOA, 2002, p. 48).

Com essa constatação, o autor reforça que a formação docente deve possibilitar aos docentes realizarem reflexões de si, em suas práticas, frente as experiências coletivas, fazendo do processo formativo uma práxis essencialmente coletiva, permitindo, dessa forma, que o docente: “tende refazer uma identidade profissional que valorize o seu papel como animadores de redes de aprendizagens, como mediadores culturais e como organizadores de situações educativas (NÓVOA, 2002, p. 23)”. Nóvoa



(2002, p.57) também afirma que “o professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor”, com isso, demonstra que as vivências profissionais e pessoais do professor estão imbricadas, sendo, portanto, inseparáveis, por isso, devem ser consideradas e trabalhadas na formação. Como reforço para essa defesa, observemos os registros de Lino Gomes e Petronilha Silva (2002, p.14):

Ao articular as questões levantadas por autores que privilegiam a relação entre a formação de professores, os saberes, os valores, a cultura e as histórias de vida, vemo-nos diante de um processo complexo, ultrapassa a simples questão curricular. É dentro dessa perspectiva e dessa postura política e profissional que a articulação entre formação de professores/as e diversidade étnico-cultural pode ser entendida como um importante desafio para o campo da educação e como mais uma competência pedagógica a ser construída e praticada pelos educadores e educadoras. Ela diz respeito à identidade do professor e da professora, enquanto agentes pedagógicos e políticos, com direitos e deveres não só de executar políticas educacionais, mas de participar de sua concepção e avaliação.

Direcionamo-nos por Freire (1997), quando afirma que a emancipação do sujeito, ocorre quando esse, de forma gradativa toma consciência de si, enquanto sujeito oprimido, dentro de um movimento coletivo com seus pares, comprometendo-se com uma práxis transformadora. Sendo assim, vislumbramos que uma formação dentro dos parâmetros analisados vem contribuir para a emancipação de docentes e conseqüentemente de estudantes, além de possibilitar aos docentes um maior comprometimento com a transformação social.

# Percursos Experiências coletivas



**Título:** música e debate de texto

**Objetivo:** refletir sobre as construções sociais e étnicas no Brasil, analisando suas consequências dentro do cotidiano escolar, apontando para relevância do estudo da educação para relações étnico-raciais na formação docente.

**Descrição:** nesse movimento usamos, como provocação e sensibilização à temática proposta, uma escuta perceptiva da música *Identidade*, do cantor e compositor Jorge Aragão. Distribuímos a letra e ouvimos por mais de uma vez a canção. Houve muita empatia com o momento, e de forma natural as docentes cantaram e bateram palmas, contudo, enfatizamos que cada público reage de uma forma. Com a letra da música em mãos, realizamos um breve debate, envolvendo as questões raciais dentro do contexto social brasileiro. A partir dessa etapa, propomos a formação de grupos de cinco professoras para leitura e debate de um texto sobre formação contínua de professores e educação para relações étnico-raciais, propondo como foco que as professoras-cursistas, norteadas por suas vivências na escola, refletissem sobre a relevância da educação para relações étnico-raciais na formação docente como forma de combater racismos, desigualdades e preconceitos na escola. Ao final, cada grupo escolheu uma relatora para falar do posicionamento do coletivo após o debate.

**Material:** papel A4 (impressão de música e texto), computador e caixa de som.



Figura 4 - Grupo de professores debatendo o texto em 24 de agosto 2019.

**Fonte:** arquivo pessoal.

## NARRATIVAS

*A faculdade não fomenta isso, não esclarece isso para os professores, e nós somos formadores dessas crianças que estão aos nossos cuidados na escola e às vezes, a gente não se sente capaz.* **Dançadeira**

*O negro antes de ser feito escravo ele foi livre, as mulheres negras antes de serem feitas escravas eram princesas, rainhas e os negros reis. Então isso ficou esquecido na história sempre se lembra do negro como escravo e serviçal, [...] isso precisa ser trabalhado na escola, nós precisamos trabalhar isso. Ficou escondido, abafado, como se nós não fossemos nada, nós não somos nada? Nós somos quem construiu esse país, essa nação.*

**Casaca**

*Fazer com que o outro entenda toda essa dimensão é complexo, é você fazer com que ele saia da bolha social dele.* **Princesa**

## REFLEXÕES

As leituras e análises apontam, entre outras questões, para dois fatores importantes: o primeiro está ligado à necessidade de desnaturalização de uma cultura racista na formação docente. O segundo, para relevância de se manter uma pauta contínua envolvendo temáticas relacionadas à educação para relações étnico-raciais, nos processos formativos de professores, favorecendo um reconhecimento da legitimidade da história e cultura de afro-brasileiros, uma vez que temos ainda muitos desafios a serem transcendidos em nossas escolas, onde educandos ainda são prejudicados constantemente por atitudes racistas e preconceituosas.

## SUGESTÕES

**Vídeo:** Relações Étnico-Raciais - Prof. Dr. Kabengele Munanga. Endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=7FxJOLf6HCA>

**Projeto educativo:** “A Cor da Cultura” projeto que conta com diversos materiais educativos e artigos envolvendo a cultura afro-brasileira. Endereço eletrônico: [www.acordacultura.org.br](http://www.acordacultura.org.br)

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que por sua vez foi modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **A formação docente em história na vertente do multiculturalismo crítico em instituições de ensino superior no Espírito Santo:** Desafios e Perspectivas. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Formação contínua na perspectiva da diversidade étnico-racial: diálogo entre o Instituto Federal do Espírito Santo e os docentes da educação básica da rede pública.** Relatório. (Pós-Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo (USP), 2017. p. 16-28.

CARDOSO, Marcos Antonio. **Patrimônio Cultural Negro-Africano:** Desafios contemporâneos. Patrimônio cultural, territórios e identidades / organizadores: João Carlos Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento. Florianópolis : Atilênde, 2012. 200 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 25<sup>a</sup> ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra. GATTI, Bernadete (1997).

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios / Paulo Freire. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O desafio da diversidade. Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 13-33, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem fronteiras 12.1 (2012): 98-109.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça:** o trato pedagógico da diversidade. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, p. 83-96, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação.** Revista Brasileira de Educação, n. 23, p. 75-85, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil:** um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada/ [Brasília]: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Editora Vozes, 1999.

NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânica Tomázia do. **Patrimônio Cultural e Cultura Afro-brasileira:** Conflitos e mediações. Patrimônio cultural, territórios e identidades / organizadores: João Carlos Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento. Florianópolis: Atilênde, 2012. 200 p.

NÓVOA, Antonio. **Imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Educa, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Educação, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007.



# 2º Encontro

## Objetivo:

Produzir novas leituras em torno da história da Serra, focando na valorização de sua diversidade étnica e cultural, para análise das tramas, envolvendo o contexto local e as realidades que atravessam o cotidiano escolar.



## LEITURAS

LUGAR, LUGARES, HISTORICIDADES E GENTES: AFRODESCENDÊNCIA E PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DA SERRA

O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber.

**Paulo Freire**

O município da Serra fica na região metropolitana do Espírito Santo, explicitamente constituído pela diversidade cultural e étnica, assim como outras cidades do estado. O município originou-se a partir de aldeamentos jesuíticos no período colonial, sendo povoado nesse período principalmente por indígenas e africanos, que historicamente tiveram suas vidas atravessadas pelas arbitrariedades do sistema escravista, trazido pelos europeus no século XVI, vigente até o final do século XIX no Brasil. Contudo, foram inúmeras as formas de resistências construídas por esses povos que, mesmo em posição social desvantajosa, não deixaram de se reinventar em seus enfrentamentos para transcender as condições que lhe foram violentamente impostas. Ressaltamos as culturas afro-brasileiras e ameríndias, como fortes características dessas resistências.



Figura 5 - Vila da Serra em 1875 - Biblioteca Nacional.

**Autor:** Albert Richard Dietze.

**Fonte:** [www.patrimoniograficodaserra.blogspot.com](http://www.patrimoniograficodaserra.blogspot.com)

Os patrimônios culturais da Serra são notoriamente originados dessas culturas, havendo uma diversidade étnica em seus aspectos materiais e imateriais. Todavia, muitos desses patrimônios são praticamente desconhecidos por boa parte da população local. Quando falamos de patrimônio cultural imaterial, estamos falando de um patrimônio popular, que nitidamente recebe uma herança desses povos. No caso do Congo, sabemos que esse tem sua gênese na cultura afro-brasileira, tanto quanto a Folia de Reis que, mesmo tendo suas origens na cultura europeia (BRANDÃO, 1984), irá receber novos elementos aqui no Brasil, e no entrelace com as culturas dos povos aqui estabelecidos, compõe-se como uma cultura popular. As Falias de Reis se estabelecem como culturas fora dos velhos padrões, sendo forjadas nas margens sociais,



ficando por muito tempo excluídas, daí a sua importância como mais um elemento nessa análise, que tem finalidade de refletir junto aos professores sobre a importância e legitimidade do patrimônio cultural, para desconstrução de padrões pré-estabelecidos e fomento de novas práticas educativas.

A população atual da Serra é composta, em sua maioria, por afrodescendentes. Os dados do censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) comprovaram essa realidade, mostrando que 67% dos habitantes do município se declararam negros ou pardos. O Plano Municipal de Assistência Social da Serra 2014/2017 vai apontar que:

Do total da população em extrema pobreza do município, 2.445 (19,9%) se classificaram como brancos e 9.771 (79,5%) como negros. Dentre estes últimos, 1.163 (9,5%) se declararam pretos e 8.608 (70,1%) pardos. Outras 70 pessoas (0,6%) se declararam amarelos ou indígenas.

Tais dados apontam a exclusão da população negra dos recursos básicos da sociedade, estando esse público à margem de inúmeros direitos, entre eles o direito à saúde, à educação e à cultura ficando, por consequência dessa realidade, mais exposto a racismos e preconceitos. Embora pareçam distantes, essas fissuras sociais resvalam certas na educação e no acesso aos bens culturais. O ambiente escolar se torna um local de inúmeras tensões sociais, como a reprodução de racismos com o público negro e preconceitos relacionados aos patrimônios culturais imateriais do município, permeados pelas culturas afro-brasileiras. Essas culturas são pouco trabalhadas na educação formal, o que também contribui para as permanências de visões deturpadas relacionadas à cultura indígena e afro-brasileira (MUNANGA, 2005). Com um rico arcabouço natural, a Serra possui um extenso litoral, afluentes de água doce e montanhas, como o *Mestre Álvaro* (figura 6) importante patrimônio natural local, que marca a paisagem da cidade com seus 833 metros de altitude.



Figura 6 - Montanha "Mestre Álvaro" Serra.

**Autor:** Albert Richard Dietze.  
**Fonte:** [serra.es.gov.br](http://serra.es.gov.br)

O município teve suas origens no período colonial, na região próxima ao *Mestre Álvaro*, aproximadamente em 1556, a partir dos Aldeamentos jesuíticos, tendo por fundadores de sua primeira aldeia, nomeada de "Nossa Senhora da Conceição", o padre Brás Loureço e o cacique indígena Maracajaguaçu, este último foi um personagem central na história do município pois, forçado pelas circunstâncias, veio com seu povoado do Rio de Janeiro, conforme nos apresenta Nara Saletto:

A revolta dos tamoios e o fortalecimento dos franceses desequilibraram totalmente a correlação de forças contra os maracajás. Em 1555, derrotado e cercado pelos inimigos, Maracajaguaçu teve de pedir proteção aos portugueses. Enviou um de seus filhos ao Espírito Santo com um apelo para que viessem buscar sua parentela, e a promessa de que se tornariam cristãos. Vasco Coutinho, que vivia em grandes dificuldades com os índios da região, não podia perder essa oportunidade de trazer aliados valiosos, e rapidamente mandou uma expedição com quatro navios bem armados, que chegou quando a aldeia estava no fim de sua resistência e conseguiu transportar Maracajaguaçu e sua gente para Vitória. Instalaram-se na Serra, formando uma aldeia, onde os jesuítas logo iniciaram a catequese (SALETO, 2011, p.29).

Os Jesuítas possuíam a sua sede na Igreja de São Tiago em Vitória, fundando diversos aldeamentos nas outras regiões do estado. Na Serra estavam as aldeias de São João (atual Carapina), Nossa Senhora da Conceição (Serra/Sede) e Reis Magos - atual Nova Almeida, bairro em que nossa pesquisa se ancorou, buscando dois exemplares importantes do patrimônio cultural imaterial do município, o Congo e a Folia de Reis.



Mapa 7 - Mapa da Baía de Vitória 1631 com registro do aldeamento de Reis Magos na Serra.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Vitória - <http://legado.vitoria.es.gov.br> (Acesso em 26 de Mar.2019)



O mapa que apresentamos acima (mapa 7) é um exemplar do período colonial, de autoria do cartógrafo português João Teixeira Albernaz, podemos observar à direita do mapa a menção ao aldeamento de Reis Magos, região atual de Nova Almeida - Serra. Ainda sobre as fundações da Serra Mário Aristides Freire (2006) autor do clássico a “A Capitania do Espírito Santo” assim relata:

A esse tempo, com os padres Brás Lourenço e Fabiano de Lucena trabalhavam apenas quatro noviços e irmãos, aproveitados em trabalhos de horta e encargos da cozinha. Conseguira o padre Fabiano reunir cerca de mil índios em uma aldeia, onde ergueu um templo a Nossa Senhora da Conceição; não devia ficar muito longe, pois, levado em almadia, por meninos do colégio, diariamente visitava (FREIRE; ACHIAMÉ; NEVES, 2006, p.82).

Os relatos expostos até aqui dão conta da forte contribuição indígena no povoamento da região no período colonial. Não podemos deixar de ratificar o submetimento dos indígenas e posteriormente dos povos africanos ao regime de escravidão imposto pelos portugueses, que não pouparam estes povos de inúmeras violências e genocídios. Sendo assim, intentamos deixar enfatizado que a historicidade da Serra foi delineada por diversas lutas travadas pelos povos indígenas, africanos e afrodescendentes. As muitas fugas e revoltas contra as violências da escravidão demonstram esse panorama, que foi uma realidade praticamente em todas regiões brasileiras, esse fator minou gradativamente o regime de escravidão. Ao analisar as origens dos povos africanos trazidos para o Espírito Santo, Cleber Maciel (2016) retratou a realidade de luta dos negros no território da Serra, vejamos o que diz o historiador sobre o assunto:

Também é necessário destacar que os historiadores são unânimes em afirmar que a Capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos. Além disso, eles afirmam que é quase impossível, nos dias atuais, apontar com absoluta certeza a origem dos negros capixabas. Entretanto, suspeita-se que por causa das revoltas de escravos acontecidas em São Mateus, Guarapari, Serra e na área de Itapemirim foi muito significativa a presença de sudaneses Mulçumanos nessas regiões. (MACIEL, 2016, p.64).

Maciel (2016) também afirmou que até o século XIX a localidade possuía economia voltada para produção agrícola (cana/açúcar e mandioca/farinha), tendo a presença de um grande número de africanos e afrodescendentes submetidos ao regime de escravidão. Salientamos que à cada tentativa de apagamento cultural e até mesmo humano a que esses povos foram sujeitados, esses, foram erguendo novos significados a suas produções e ritmo de vida, deixando uma marca indelével na cultura serrana, nos seus rostos e jeitos, nos seus patrimônios culturais. Por esse motivo, defendemos um estudo da cultura imaterial pautado na herança étnica da Serra, na formação continuada de professores, como forma de aproximar os educadores e educandos das vivências com um patrimônio cultural há muito invisibilizado, distorcido e cerceado por preconceitos.



Figura 8 - Fotografia de quadro com pintura do artista plástico serrano, Walter Assis<sup>1</sup>. Paisagem representando a Serra antes do século XX. Acervo do museu histórico da Serra.

Fonte: arquivo pessoal.

As historicidades do povoamento da Serra contam com a presença de diferentes etnias e costumes, que constituíram seu hibridismo cultural (CANCLINI, 2006), no entanto, mesmo com essa característica, seu repertório cultural não deixa de ter suas peculiaridades. Por exemplo, quando falamos em Congo na Serra, estamos falando de “Congos” não só no sentido dos vários bairros onde se movimentam essa cultura, mas de seus detalhes, de suas similaridades e diferenças, o mesmo fenômeno ocorre com as “Folias de Reis”.

O município da Serra possui variados patrimônios históricos e culturais, apresentamos alguns deles: Congo, Igreja Nossa Senhora da Conceição, Ciclo Folclórico e Religioso de São Benedito, Folia de Reis, Museu-residência Histórico da Serra e o espaço multicultural Casa do Congo, Igreja e Residência Reis Magos, Sítio Histórico e cultural de Queimado, Sítio Histórico e Arqueológico de Carapina etc. Elencamos esses patrimônios para melhor explicitar a amplitude da diversidade cultural serrana. Muitos dos patrimônios culturais reconhecidos da Serra possuem suas raízes nas contribuições culturais e étnicas de afrodescendentes, que são maioria no município.

Para falar sobre o povo negro e suas raízes culturais no município, pedimos licença para discorrer um pouco mais sobre história do município, mais especificamente sobre um fato ocorrido no século XIX, nomeado classicamente de “Insurreição do Queimado”. O ocorrido, permeia as memórias e identidades, podemos dizer, capixaba, pois, por sua relevância transpõe-se a história local. Foi em 1849, na chamada Freguesia de São José do Queimado, pertencente à cidade de Vitória na época. Embora fizesse parte de Vitória nesse período, o território e povoado do Queimado sempre estiveram mais correlacionados à Serra.

1 Walter Francisco de Assis artista plástico, negro, morador de Putiri-Serra, foi um importante expoente de representações paisagísticas e de fatos antigos da Serra, como o da “revolta de Queimados”, suas pinturas representavam principalmente o período de imposição da escravidão africana e afrobrasileira na Serra.



Narra-se que no final da primeira metade do século XIX, o Frei Gregório José Maria de Bene, natural da Itália e atuante na província, ao chegar na localidade, que possuía cerca de 3.000 habitantes e um porto, vislumbrou a construção de uma igreja no local.



Figura 9 - Fotografia de quadro com pintura de Walter Assis. Paisagem representando a Freguesia de São José do Queimado. Acervo do museu histórico da Serra.

Fonte: arquivo pessoal.

Para tal, obtive o auxílio dos negros escravos da região (trabalhavam aos domingos e dias santos) por meio de uma espécie de acordo firmado com o padre, no qual os seus senhores lhes dariam a liberdade, após a inauguração da igreja, que foi erguida em homenagem a São José. No entanto, a tal promessa não se cumpriu, e os negros, liderados por Elisiário, Chico Prego, João Monteiro e João Pequeno colocaram em prática um já articulado plano de Revolta caso não conseguissem a liberdade. A Revolta evidenciou a força, astúcia e união dos negros da região, que se valeram da construção da igreja e de uma possível promessa para fortalecer suas tramas cotidianas de resistências, conseguindo a participação de cerca de 200 pessoas na revolta, conforme Lavínia Cardoso (2008), que realizou uma pesquisa de mestrado sobre essa temática. Mesmo a forte repressão do Estado, que além de castigar, prender e condenar à morte alguns dos revoltosos, buscou apagar das memórias tais feitos do povo negro, não foi suficiente para impedir que a revolta ecoasse pela Província do Espírito Santo, provocando medo nos senhores de escravos (DAEMON, 2010, p.377).

De acordo com Lavínia Coutinho Cardoso (2008), a Revolta ocorrida em Queimados será tratada com maiores detalhes e se tornará mais conhecida, a partir da obra clássica - Insurreição do Queimado de 1884, do historiador e abolicionista capixaba Afonso Cláudio. Pesquisando a partir de fontes e obras de diversos autores sobre Revolta do Queimado, Lavínia Cardoso assim compõe:

A rede de ações que antecede o dia 19 de março de 1849 se traduz no que denominamos espaços de liberdade, a definir-se como uma espécie de “sincopa” libertária, na medida em que busca negociar a liberda-

de e exercitar o diálogo como forma de fazer ou de promover políticas cotidianas emancipatórias (CARDOSO, 2008, p.18).

Dedicamo-nos até aqui à história da Revolta de Queimado por saber a importância desse fato para a memória dos que vivem ou convivem na Serra. Nela se alicerça parte importante do patrimônio cultural imaterial e material do Espírito Santo, como o Sítio Histórico do Queimado, onde se sustentam as ruínas da antiga igreja. Embora esse não seja o nosso objeto de estudo, não poderíamos deixar de apresentá-lo, pois representa um elemento imprescindível para tratar da cultura e patrimônio afrodescendente da Serra.



Figura 10 - Ruínas da Igreja de São José no Sítio Histórico de Queimado Proteção legal resolução nº4 1992 do Conselho Estadual de Cultura Inscrição no Livro do Tombo Histórico sob o nº183 do Conselho Estadual de Cultura.

Fonte: [www.serra.es.gov.br](http://www.serra.es.gov.br)

Toda complexidade do processo histórico de africanos e afrodescendentes no Brasil nos trazem percepções como: Primeiro, que é indiscutível que as disparidades sociais e racismo que existem hoje foram gestados por um processo colonizador arbitrário, fundamentado na escravização de seres humanos. Bem sabemos, pelos estudos históricos, que essa era a realidade na Serra e em todas regiões do Brasil, o que, por si só, aponta para a necessidade que temos hoje de compreender mais a fundo as constituições sócio culturais afro-brasileiras, trabalhando o tema com afinco no processo educacional, como já previsto na lei 10639/03, a fim de combater ideias e atitudes racistas e preconceituosas. Além disso, justifica a necessidade de avanço nas políticas públicas para o enfrentamento às desigualdades sociais.

A segunda percepção tem a ver com as diversas nuances de resistência do povo negro, que não se deixou desumanizar dentro do processo escravista idealizado pelo branco. Sendo assim, temos além das lutas aqui retratadas como fugas, suicídios,



organização de quilombos e revoltas (MACIEL, 2016), a cultura afro-brasileira como símbolo da persistência negra no território brasileiro, sendo incontestável a sua influência e predominância em nossa constituição enquanto sujeitos. Diante do que discutimos, e sabendo ser o município da Serra correspondente a esse panorama, por ter calcada em seu coletivo as afro-brasilidades, queremos tratar de um patrimônio cultural que não omite essas origens, como tem ocorrido ao longo de nossa história. O trabalho com a história afro-brasileira em seus diversos formatos, ainda se mostra insuficiente (MUNAGA, 2005). Na Serra, por exemplo, esse desafio está posto nas escolas. Emanuel de Assis (2017) constatou essa realidade em sua pesquisa de mestrado, que versou sobre educação, patrimônio e relações étnico-raciais, com professores e estudantes da Serra, no Sítio Histórico de Queimado. Observemos o que Emanuel de Assis (2017, p.92) relata sobre a resposta que os alunos de uma escola do município deram ao seguinte questionamento:

Você acha que a história dos negros no Espírito Santo é preservada e valorizada? Alguns alunos afirmaram que sim, e as justificativas foram de que há festas e museus em referência à população negra no estado e as escolas ensinam a temática. Questionamos quanto a forma como é ensinado e alguns alunos disseram que nem todas as escolas trabalham o assunto como deveriam e outros disseram que este trabalho é suficiente para conhecer a história dos negros. [...] Outros alunos, a grande maioria, discordaram sobre esta preservação e valorização. Uma aluna afirmou que “o mundo de hoje as pessoas não valorizam o que o povo africano sofreu e com tudo isso o preconceito ainda rola”, ideia compartilhada por outro aluno, que afirmou que ainda hoje há escravidão e matança do povo negro, o que segundo ele, comprova que não há respeito e valorização da história e cultura dos negros.

Compreendendo as problemáticas que acompanham o ensino da cultura e história afro-brasileira, e a desvalorização dos patrimônios dessa origem queremos, por meio do estudo e partilha de vivências educativas sobre a cultura imaterial, junto aos professores do município, fazendo um recorte no Congo e na Folia de Reis, contribuir para desconstrução de uma série de características pejorativas e preconceituosas relacionadas a cultura afro-brasileira e popular, tidas como “menores”, como “não” patrimônios culturais ou demonizadas. No próximo tópico, iremos explanar sobre os delineamentos do Congo e da Folia de Reis.

## CONGO

Por agora, vamos analisar algumas características gerais do Congo, para em seguida fazer o mesmo exercício com a Folia de Reis. A cultura do Congo, que possui variações em diversas regiões o Brasil, ocorre na Serra certamente com algumas peculiaridades, e sua historicidade remonta o período colonial.

Possuímos um registro histórico do século XIX sobre Congo da Serra, especificamente da região de Nova Almeida, no livro de Levy Rocha (2008), que biografou sobre a viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo em 1860. Ao passar pela região, o imperador registrou em sua caderneta o que viu, por meio escritos e desenhos, como fazia em outras regiões que visitava no Brasil. Assim expos: “Dança de caboclos com as suas

cuias de pau de [regos] para esfregarem outro pau pelo primeiro” (ROCHA, 2008, p.163). Os registros realizados também deixaram transparecer algumas características relevantes do Congo em Nova Almeida, como a presença de índios e negros em suas composições, o que ratifica o hibridismo cultural e religioso dos patrimônios culturais da Serra.

O ritual dos ancestrais consistia em formarem um círculo, acorados, e ao mesmo tempo em que seguiam o ritmo da música, marcado pelos tambores, reco-reco e o chocalhar de uma cabaça contendo sementes, batiam com as mãos espalmadas nos peitos e nas coxas, fazendo caretas e trejeitos e produzindo sons guturais que mais pareciam guinchos. Os pretos juntaram à orquestra um outro instrumento de percussão, o ferrinho ou triângulo; modificaram a coreografia e incorporaram cantigas entoadas em coro e solo. O instrumento que chamou a atenção de S. M. I., a ponto de merecer do seu lápis de desenhista um rápido bosquejo, a cassaca, casaca, ou reco-reco de cabeça, era típico e sui generis do folclore capixaba (ROCHA, 2008, p.164).

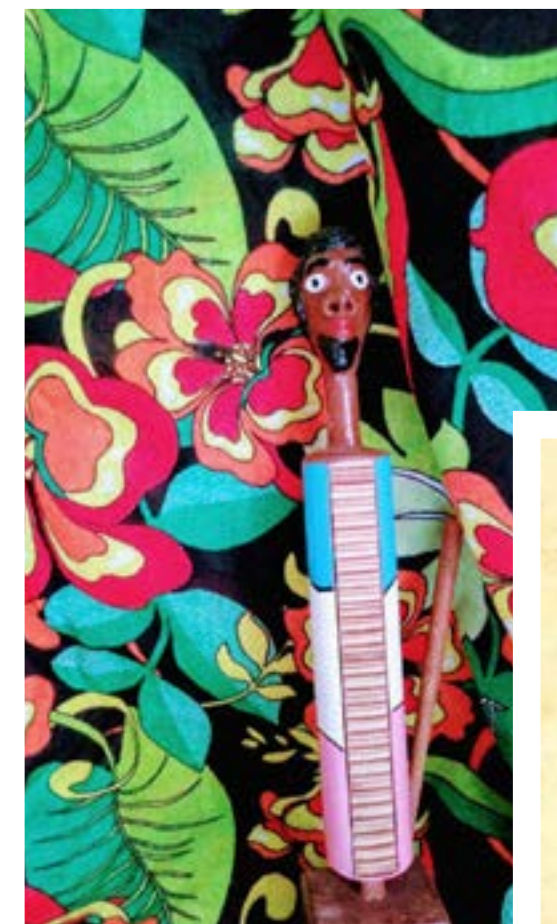


Figura 11 - Casaca, instrumento do Congo.

Fonte: arquivo pessoal.



Figura 12 - Desenho da casaca feito por Dom Pedro II em 1860

Fonte: livro, Viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo.



Analisando a figura e os escritos registrados, percebemos, nas origens das apresentações do Congo, a presença marcante das religiosidade ameríndia e afro-brasileira, que mesmo sendo “proibidas” para época, tinham nos momentos festivos a possibilidade de burlar os entraves impostos pelo catolicismo (REIS, 2002). A cultura travestida de oficial guardava em si, um histórico de permanências e ressignificações das religiosidades africanas, sedimentando as religiões de matriz africana no Brasil, como o candomblé e na umbanda.

Desde esse período o Congo foi adquirindo várias nuances no município, sendo produzido nas realidades das gentes e dos lugares, em diversos arranjos e significados, que no fim das contas faziam sobreviver as negritudes afro-serranas. Na página sessenta e três do “Atlas Folclórico do Brasil - Espírito Santo” do início da década de oitenta, ao falar dos números de grupos de congos registrados no estado (provavelmente existiam outros) entre 1960 a 1970, a Serra aparecia como o município com maior número, possuindo 9 grupos de Congo, de um total de 34 espalhados pelos municípios do estado. Esses grupos estavam localizados em: Pitanga, Jacaraípe, Campinho, Manguinhos, Carapina Grande e Nova Almeida.

Na atualidade percebemos que o Congo, reconhecido em 2014 como patrimônio cultural imaterial do Espírito Santo, segue seus movimentos mesmo que a contragosto de algumas lideranças governamentais, sendo sustentando verdadeiramente pelas práticas de mulheres e homens, produtores dessas culturas, que buscam passar para outras gerações seu legado cultural. Temos como exemplo o Congo Mirim, presente em alguns grupos do município como os de Nova Almeida e Serra Sede.

Alguns nomes ficaram marcados como lideranças nas resistências do Congo Serrano, entre eles, elencamos os mestres de congo Zé Maria, Nelson, José Bento e Antônio Rosa, fundador da Associação das Bandas de Congo da Serra<sup>2</sup> em 1986, importante instrumento em defesa dessa cultura no município. Em conversa com alguns moradores de Nova Almeida que, por motivos éticos, não citaremos os nomes percebemos nas entrelinhas dos diálogos uma realidade de “desamparo” com essas culturas, por vezes, exploradas somente como atrativos turísticos, questão que vamos expor em capítulos posteriores.



Figura 13 - Congo mirim de Nova Almeida em 6 de janeiro de 2019.

Fonte: arquivo pessoal.

2 A sede social da Associação das Bandas de Congo da Serra, localiza-se na rua Benedicta do Nascimento, Nº 305, Bairro São Domingos, CEP 29177-510 Serra/ES. Endereço eletrônico: <http://www.abcserra.org.br/contato.html>

E o que vem a ser o Congo afinal? Mesmo admitindo a insuficiência dos conceitos para explicar tamanha riqueza cultural, trazemos a composição de Cleber Maciel (2016), que assim o define:

Congos são grupos que utilizam instrumentos sonoros muito simples, feitos de madeira oca, barris, taquaras, pele de cabra ou de boi, latas ou outros materiais. Podem ser tambores, bumbos, cuícas, chocalhos, ferreiros ou triângulos de ferro e pandeiros. Ao som desses instrumentos, as vozes, finas e grossas, claras ou fanhosas, de homem e de mulher cantam antigas ou novas músicas, nas quais são feitas referências a fatos do passado, como a escravidão, a guerra do Paraguai, os santos da devoção popular, os Orixás relacionados aos elementos da natureza, como o mar, as estrelas, o vento, a chuva ou ao ser humano, cobrindo desde amor e morte até fatos políticos e sociais (MACIEL, 2016, p.151).

Marina Miranda (2007) desvelou em sua pesquisa alguns enredos sobre os congos serranos, e esses vêm ao encontro do que temos discutido aqui, assim, nos aponta que:

O arrastado do pau de guanandi, do “pau de São Benedito” puxado pela boiada enfeitada com tiaras de flores campestres, matiza um cenário em que se destacam os “homens” ajudando arrastar o mastro centelhando em marcas o asfalto social, delimitando os espaços políticos culturais na ocupação do poder pelo povo tomando a “praça”, ocupando a cidade em um modo de produção particular, através de ressignificações recorrentes de produtos culturais étnicos, legitimando-se no mastro o poder da sociedade capixaba, praticada no congo da Serra (MIRANDA, 2007, p.177).

No Congo se dança, se canta, tocam-se instrumentos, se liga com o divino, com santos e orixás, na fluidez de um hibridismo religioso, cultural e étnico. A roda, a caminhada, o coletivo, a diversão e a luta são expressões focais, da resiliência e (re) existências do patrimônio cultural e religioso desse povo. Não podemos deixar de recordar aqui que as religiões de matriz africana sofreram séculos de perseguições no Brasil, tendo suas práticas proibidas até a primeira metade do século XX, e que mesmo nos tempos atuais, essas religiões sofrem com constantes ataques ideológicos e físicos, como os que ocorreram com a destruição de terreiros de umbanda no Rio de Janeiro e em outros locais do Brasil<sup>3</sup>.

### FOLIA DE REIS

Falando agora Sobre a Folia de Reis na Serra, queremos antes, fazer uma observação já mencionada anteriormente: a Folia tem sua gênese no catolicismo ibérico e foi trazida ao Brasil pelos portugueses, no entanto, como cultura popular, irá receber por

3 Conforme o DataLabe, 59% dos registros desse tipo de ocorrência no disque 100, entre 2011 e 2018, foram contra religiões de matriz africana. Consultado em junho/2019: <http://www.generonumero.media/terreiros-na-mira/>



aqui novos elementos culturais dos povos aqui estabelecidos, como indígenas e afro-brasileiros, variando conforme a região (BRANDÃO, 1984).

Para entendermos basicamente como se constitui a Folia de Reis, trazemos outra contribuição de Brandão, que vem apontar que “A Folia de Reis é um grupo precatório de cantores e de instrumentistas, seguidos de acompanhantes, e viajores rituais, entre casa de moradores rurais, durante um período anual de festejos dos “três Reis Santos”, entre 31 de dezembro e 6 de janeiro” (BRANDÃO, 1977, p.4). Essa cultura terá aspectos diferentes conforme o coletivo que lhe dá vida, incluindo nelas várias de suas produções, o autor cita moradores rurais porque conforme com a suas pesquisas, essa região foi o principal local de propulsão das Folias. No entanto, o mesmo Brandão (1984, p.43) confirma a presença de Folias em áreas urbanas, principalmente nas periferias das cidades, como é o caso da Folia de Reis que acontece em Nova Almeida-Serra, essa localidade é um caso singular, pois mesmo fazendo parte da área urbana, guarda “ares” de antiga vila.

Em diversos municípios do Espírito Santo, possuímos uma diversidade nas representações das Folias de Reis. Na atualidade, observamos que em algumas localidades do estado essa tradição cultural recebeu muitos elementos da cultura afro-brasileira. Isso foi constatado na pesquisa Goltara (2010) sobre Folias de Reis no sul do estado, que demonstrou um contexto híbrido, envolvendo elementos da cultura e religiosidade afro-brasileira e católica. Registros antigos sobre apresentações de Folias no Espírito Santo, antes do século XX, também nos apontam para esse contexto. Em seus estudos, Maciel (2016, p.150) relatou a existência de registros antigos, do século XIX, de um tal “Pagode de Reis” em Cachoeiro de Itapemirim, realizado pelos negros do local.

Marina de Mello e Souza (2001, p. 249) nos afirma que: “A eleição de reis por comunidades de africanos e seus descendentes foi costume amplamente disseminado na América portuguesa”. Esse traço vai estar para além da organização do trabalho, revoltas e quilombos, mas irá se incorporar aos rituais religiosos do catolicismo praticado pelos negros, principalmente nas irmandades. Os negros irão “cavar” nessas práticas, ocasiões para manter e reinventar parte da herança cultural africana.



Salientamos que a Folia de Reis de Nova Almeida, cultura imaterial que iremos estudar, na atualidade não demonstra possuir uma base principal na cultura afro-brasileira, como ocorre em outros locais do Espírito Santo. Por lá essa cultura ainda possui muitos elementos do catolicismo tradicional, embora receba também contribuições da cultura afro. O giro da saia e da folia, o batido do tambor

Figura 14 - Apresentação da Folia de Reis em Nova Almeida 6 de janeiro 2019.

Fonte: arquivo pessoal.

e o coro manhoso, que ocorrem nas apresentações em Nova Almeida, não deixam dúvidas sobre a presença da cultura afro-brasileira. As Folias de Reis da Serra foram relacionadas no Atlas Folclórico do Brasil - Espírito Santo de 1982, que registrou dois grupos de Folia no município: Um grupo em Nova Almeida, fundado em 1973 e outro em Jacaraípe, fundado em 1977, este tendo por Mestra Rosa Maria Nascimento, registro raro e importante, ratificando a participação e liderança (mesmo que pouco registradas) das mulheres na cultura popular, em ambientes por vezes centralizados na figura do homem.

As datas de fundação referidas nesse documento, marcando o início dessas Folias na Serra, provavelmente não correspondem a uma realidade prática, pois, conversando com antigos moradores do bairro Nova Almeida, pudemos observar, pelos relatos, que desde início do século XX já havia no local comemorações festivas de Folias de Reis. Essa constatação nos faz pensar na não linearidade dessas culturas que, por inúmeros motivos, como falta de apoio do poder público ou proibição pelos governantes locais ou pela igreja, podem ter interrompido de tempos em tempos essas apresentações. Por isso, em nosso entendimento, essas interrupções não significam um “fim” para essas culturas, mas talvez, um tempo em que as coletividades constroem novas resistências e significações. Diferente do Congo, que possui uma expressividade maior na Serra, com vários grupos espalhados, notamos que a Folia Reis ocorre de forma menos ampliada, mas não menos importante, enquanto forte expressão da cultura popular no município, reconhecida pela lei municipal nº 4.469 de 2016, como Patrimônio Cultural Imaterial da Serra.



# Percursos Experiências coletivas

**Título:** tear Social

**Objetivo:** refletir coletivamente sobre propostas para transformação social, tendo em vista a opressão histórica de afro-brasileiros e indígenas.

**Descrição:** diante do tema estudado, realizamos uma .experiência coletiva, na qual propomos para o grupo uma análise de uma fotografia de 1950, a imagem era de uma mulher, moradora da Serra, aparentemente em condições de pobreza, próxima a um tear manual de esteira. A partir da análise dessa imagem, abrimos um debate em torno dos avanços e retrocessos das condições histórico-sociais do povo negro no município, pensando em como transcender as disparidades sociais. Após esse primeiro momento, o grupo foi convidado a participar de um movimento, em que cada componente pegou um papel fechado dentro de uma caixa em que estavam escritos assuntos relacionados às diversas políticas públicas e questões sociais envolvendo: diversidade cultural e étnica, história e educação. Logo em seguida, foram distribuídas fitas a cada dupla, cada componente da dupla pegou na ponta de uma fita esticando-a, ficando de frente com a colega. Cada professora falou sobre o assunto sorteado na caixa e em seguida escolheu outra colega para falar do próximo assunto, trocando de lugar com a colega para tecer. Após a exposição realizada pelas docentes, o assunto era escrito nas fitas com uma caneta. Como resultado foi formado uma tessitura única.

**Material:** fita, caneta de tecido, caixa, papel e tesoura.



Figuras 15 e 16 - Experiência coletiva “tear social” em 28 de setembro de 2019.

**Fonte:** arquivo pessoal.



## NARRATIVAS

*Eu ouvia dizer que só veio para o Brasil o que era o resto e aquilo que não prestava.*

**Rainha**

*Quantos de nossos acessos que antes só o branco tinha, incomoda.* **Fita**

*Muitos tem condições sociais de sobreviver, viver e vencer; outros não tem condições e as vezes passam despercebidos por nós, as vezes o aluno chega na escola com atitude de rebeldia e agente apenas reprime.* **Estandarte**

*Eu faço parte dessa cultura e eu posso transformar essa cultura.* **Foliã**



Figuras 17 e 18 - Experiência coletiva "tear social" em 28 setembro de 2019.

Fonte: arquivo pessoal.

## REFLEXÕES

As disparidades histórico-sociais que atingem sobretudo a população negra serviram e servem a quem? Como nós educadores podemos descortinar essa realidade e potencializar transformações na escola? É importante conhecer a história local em seus diversos ângulos e sujeitos?

As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Nesse sentido, trazemos como sugestão a inserção progressiva de trabalhos e estudos críticos em torno da história local, em nossas práticas com os educandos, possibilitando que eles visualizem, no percurso das reflexões, a diversidade étnica e cultural do município, reconhecendo-se nesse processo. Esse exercício traz à tona as historicidades dos sujeitos que compõem o universo escolar, que em sua maioria são afrodescendentes, e ainda sofrem com a retenção de seus direitos.

## SUGESTÕES

**Filme:** Queimado, a Revolução dos Escravos - de João Carlos Coutinho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EfiXub2mZdY>

**Fotos antigas do município da Serra:** <http://patrimoniograficodaserra.blogspot.com/>

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Emanuel Vieira de. **Liberdade, liberdade, liberdade!** A luta da população negra em Queimado perspectivas libertárias para o ensino em relações étnico-raciais. 2017. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal do Espírito Santo.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **A folia de reis de Mossâmedes.** Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **O que é Folclore.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

CANCLINNI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas:** estratégia para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/agsn2/>> . Acesso em: mar. 2019.

CARDOSO, Lavínia Coutinho. **Revolta Negra na Freguesia de São José do Queimado:** escravidão, Resistência e Liberdade no Século XIX na Província do Espírito Santo (1845-1850). 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

DAEMON, Basílio, 1834-1893. **Província do Espírito Santo:** sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística / Basílio Daemon; coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. - 2.ed. - Vitória : Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. FREIRE, Mário Aristides;



FREIRE, Mário Aristides; ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos. **A capitania do Espírito Santo**: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores, 1535-1822. Flor & Cultura Editores, 2006.

GOLTARA, Diogo Bonadiman. **Santos guerreiros**: relatos de uma experiência vividas nas jornadas das folias de reis do sul do Espírito Santo. Brasília, 2010. Dissertação de mestrado - Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE. Atlas Folclórico do Brasil - Espírito Santo. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1982.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo** / Cleber Maciel; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. -2ª ed. - Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MIRANDA, M. R. (2007). **Leituras de imagens: da casaca à Konshaça**: mediações na particularidade do enredo cultural serrano, na formação de professores em educação a distância. 2007 (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em educação)-Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória).

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL. Plano Municipal de Assistência Social. Serra, 2014 / 2017. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br/site/download/1473101924757- plano-municipal-20142017-final.pdf>

REIS, João José. **Tambores e temores**: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. Carnavais e outra f(r) estas. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 101-155, 2002.

ROCHA, Levy. **Viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: O início da colonização no Espírito Santo / Nara Saletto. - 2. ed. rev. - Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011.

SOUZA, Marina de Mello. **História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil-séculos XVIII e XIX**. Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa, v. 1, p. 249-260, 2001.

## 3º Encontro

### Objetivo:

Este encontro foi constituído com o objetivo de fazer emergir as implicações e aproximações entre as diversas culturas imateriais e as escolas da Serra. Entre as culturas, ressaltamos as práticas com o Congo e a Folia de Reis, como possibilidade para um trabalho de reconhecimento das culturas invisibilizadas. Além disso, analisamos as práticas educativas em torno dos patrimônios culturais imateriais, como potencializadoras de transfigurações nos sujeitos em suas memórias, identidades e pertencimentos.





## LEITURAS

CULTURA IMATERIAL: COMPONDO MEMÓRIAS, PERTENCIMENTOS E PATRIMÔNIOS.

Eu quero desaprender para aprender de novo.  
Raspar as tintas com que me pintaram.  
Desencaixotar emoções, recuperar sentidos.

**Rubem Alves**

Dialogar sobre culturas imateriais brasileiras pode se mostrar algo muito complexo, tendo em vista a nossa realidade social, marcada por inúmeras desigualdades e preconceitos e em que a diversidade de culturas e etnias, propositalmente, não tem o seu verdadeiro reconhecimento. Consideramos que se faz necessário fomentar condições para que os indivíduos conheçam e se reconheçam nas suas culturas. Muito mais que construir pontes ligando-nos as nossas raízes em suas ressignificações, acreditamos na necessidade de reparar as arestas culturais, exteriorizando a legitimidade da cultura popular. Fazendo ruir gradativamente o estranhamento pejorativo em relação à cultura do “outro”, sobretudo, em nosso processo educacional, favorecendo a vivências dos sujeitos componentes da comunidade escolar, com as culturas para além dos muros da escola.

Ao nos enveredar pelo conceito de Cultura, estamos nos direcionando para um campo de amplas tensões e inúmeros significados. Na atualidade, o debate sobre essa temática se faz uma necessidade, tendo em vista os refluxos sócio-políticos brasileiros, que vêm reforçando as ideias conservadoras presentes nas entrelinhas de nossa sociedade. Vamos então a pertinente pergunta: o que é cultura?

Contestando a visão tradicional compartimentada de cultura, que estabeleceu lugares separados para o “culto” e o “popular”, Nestor Canclini (2006) aponta para as características fluidas, intercambiantes da cultura, no cenário de instabilidades do mundo contemporâneo. O autor defende a existência de uma hibridação cultural, em que as diversas culturas se relacionam em um campo conflituoso e em constante transformação, Canclini ainda constata o avanço desenfreado da expansão urbana com uma das causas dessa realidade. No campo de nossa investigação, centralizada na cidade de Serra, mas especificamente no bairro Nova Almeida, contemplamos



Figura 19 - Estandarte e instrumento que compõe o Congo de Nova Almeida.  
**Fonte:** arquivo pessoal.

justamente uma mescla cultural entre os desordenamentos urbanos e os resquícios rurais de uma antiga vila, não havendo a mínima possibilidade de separação dessas nuances. Entretanto, com isso, não deixamos de reconhecer a existência de algumas particularidades no interior das culturas que ali se constituem, como o Congo e da Folia de Reis.

Nossa ancoragem de compreensão de cultura se constitui também pelos estudos de Brandão (2009) (1977) que, como antropólogo, preconizou outro “olhar” para as pesquisas em torno da cultura popular brasileira, abrindo passagem para novos diálogos em torno das produções culturais em seus sujeitos. Para Brandão (2009, p.718):

A cultura é e está, portanto, nos atos e nos fatos através dos quais nos apropriamos do mundo natural e o transformamos em um mundo humano, assim como nos gestos e nos feitos com que nos criamos a nós próprios ao passarmos de organismos biológicos a sujeitos sociais, ao criarmos socialmente nossos próprios mundos e ao dotá-los e a nós próprios - nossos diversos seres, nossas múltiplas vidas e nossos infinitos destinos - de algum sentido.

Em consonância com Brandão, cogitamos a cultura em nossa dinâmica com o outro e a natureza, compreendendo que, dentro dessas relações, forjamos aos poucos nossa humanidade nos apropriando do mundo cultural.

Avançando em nossa argumentação teórica, queremos expor aqui, por meio dos posicionamentos de Brandão (2009, p.717) a concepção de Cultura Imaterial:

Em uma dimensão algo mais imaterial, o acontecer da cultura não está tanto em seus produtos materializados - como a casa e as ferramentas com que indígenas da Amazônia ou operários do Rio de Janeiro constroem uma choupana de palha ou um edifício de concreto -, mas na tessitura de sensações, saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades com que pessoas e grupos de pessoas atribuem socialmente palavras e ideias, visões e versões partilhadas ao que vivem, criam e fazem ao compartilharem universos simbólicos que elas criam e de que vivem.



Figura 20 - Populares empurrando o barco em homenagem aos Santos no anoitecer do dia 20 de janeiro de 2019 em Nova Almeida.

**Fonte:** arquivo pessoal.



Essa referência de cultura imaterial destaca movimentos que antecedem o patrimônio cultural tangível. Ao nosso ver, esses movimentos percorrem os labirintos das ideias e invenções humanas. Contudo, a gênese da cultura imaterial está ligada ao burilar das produções coletivas humanas junto à natureza, na realidade material em seu entorno, ou seja, relaciona-se ao concreto, as vivências dos sujeitos em seu meio, como já apontamos em Brandão (2009, p.718) que nos diz que a cultura ocorre quando “[...] nos apropriamos do mundo natural e o transformamos [...]”. Nesse quesito, orientamo-nos pelas premissas do materialismo histórico dialético, teoria que nos aponta para uma investigação partindo das realidades, da multiplicidade da natureza, da vida que forma a consciência dos homens, que se movimentam, pensam e produzem com o concreto, num enlace constante e recíproco de transformação (RODRIGUEZ, 2014).

Assumimos a perspectiva conceitual da cultura imaterial para análise das culturas do Congo e da Folia de Reis, em detrimento do conceito de folclore, conceito muito recorrente na análise das culturas populares, até 1960. Consideramos que o conceito de folclore se mostra insuficiente para tratar da complexidade, e das particularidades, presentes nas culturas imateriais, principalmente as de origem popular. Defendemos que trabalhar essas culturas sob a concepção do folclore, seria correr o risco de inclinação à elementos colecionistas, esvaziados e, por vezes, até caricatos, problemáticas apresentadas até pouco tempo pelos estudos do folclore, que de um anos para cá, têm passado por uma revisão (ROCHA, 2009).

Ao abordar o assunto, o antropólogo Gilmar Rocha (2009) vai expor que os estudos do folclore abarcaram a cultura popular do Brasil desde início do século XX. No período modernista conduzido por Mario de Andrade, o folclore foi um campo de estudos marcante. Apesar disso, o conceito passa a ser questionado a partir da década 60, período de novos estudos acadêmicos em torno da cultura popular que, a partir desse momento, começa a ser analisada de forma independente em relação ao folclore. Conforme Rocha (2009, p.222), “As críticas ao caráter colecionista, descontextualizado, a-crítico e descritivo das pesquisas folclóricas constituem seu “calcanhar de Aquiles”[...] Acrescente-se a isso a crítica teórica segundo a qual os estudos folclóricos não ultrapassavam o nível das “teorias nativas”. O autor também explana que os novos estudos em relação a cultura irão contribuir para a desconstrução da visão dicotômica e hierárquica em relação as produções culturais dos grupos sociais, possibilitando um novo panorama nos estudos das produções coletivas de origem popular, em suas peculiaridades e legitimidades. Assim sendo, ratificamos aqui nossa primazia pela cultura imaterial, reconhecendo as criações, peculiaridades e apropriações, que as coletividades humanas possuem em suas produções culturais.

Diante do que expomos, convém indagar: como constituímos o patrimônio cultural no Brasil?

O reconhecimento do patrimônio cultural imaterial brasileiro é algo muito recente. O debate em torno desse reconhecimento foi intenso, estendendo-se no decurso da metade do século XX. O legado de reconhecimento social dos patrimônios culturais no Brasil privilegiou as elites eurocêtricas que primaram por suas produções materiais, como forma de legitimarem sua ocupação/dominação social, deixando à margem as produções culturais ameríndias e afro-brasileiras. A antropóloga Marcela de Souza (2010, p.174) expõe essa questão da seguinte maneira:

O Decreto no 3.551/2000, que instituiu a figura do Registro de “bens culturais de natureza imaterial” e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, é apresentado como uma inovação e, ao mesmo tempo, uma continuação (i.e., uma extensão) da política de proteção do patrimônio cultural brasileiro, cujas origens, quase míticas (trata-se afinal de nosso modernismo), são retraçadas até o projeto de Mário de Andrade nos anos 30, que desembocou na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A preocupação com as dimensões imateriais, e não elitistas, da(s) cultura(s) do país – com as lendas e as músicas indígenas e “populares”, por exemplo – estaria já lá: se a concepção “pedra e cal” do patrimônio cultural, privilegiando a proteção de igrejas, palácios e casas grandes tão caras às “elites europeizadas” e à sua concepção da cultura como “alta Cultura”, foi a que se impôs e permaneceu dominante todos esses anos[...]

O conceito em torno do patrimônio cultural foi sendo questionado e transformado desde as suas primeiras concepções. Conforme o supracitado, as origens das elaborações do conceito no Brasil ocorreram na primeira metade do século XX, e seguiram as tendências das formações/criações para um Estado nacional, amalhando os considerados patrimônios históricos-culturais a serem preservados pelo recém-criado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que priorizou os bens materiais. De acordo com Arantes (2009a, p.427), “o patrimônio é uma realidade instituída pelo Estado”. Dessa forma, o que temos constituído por patrimônio cultural, de forma nenhuma ocorre involuntariamente, ao contrário, suas formulações seguirão em sua essência, interesses dos arranjos do nosso sistema econômico, político e social. Dentro desses questionamentos, Canclini (1999, p.17) afirma que as manipulações em torno dos patrimônios têm como pano de fundo a tentativa de homogeneização social, para não deixar transparecer as desigualdades sociais existentes.

A Constituição de 1988, em seu Artigo 216, reconhece as produções imateriais dentro do bojo dos patrimônios culturais, como observamos no exposto seguinte: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A inclusão dos bens imateriais não fora algo que ocorrera involuntariamente, mas fora resultado de um contexto de lutas sociais. Arantes (2009b) aponta que, a partir do final de 1970, tivemos uma efervescência dos movimentos sociais no



Figura 21 - Participante da festa do Congo puxando a corda do barco em Nova Almeida 20 de janeiro 2019

Fonte: arquivo pessoal.



Brasil, em prol de direitos e políticas públicas para mulheres, negros, indígenas, crianças e outras “minorias”. Foi na esteira desse processo que ocorreram as lutas dos povos pelos direitos à participação e reconhecimento cultural, conforme Arantes (2009b, p.57):

As agências brasileiras de preservação (nos planos federal, estadual e municipal) passaram a enfrentar, paulatina e progressivamente, demandas com vistas à proteção e valorização das artes e ofícios próprios das classes populares, em particular depopulações afro-brasileiras e nações indígenas.

Regina Abreu (2003) ratifica que esses novos contextos sociais irão fundamentar o início de uma série de transformações relacionadas ao patrimônio e à cultura popular. Conforme a autora, esse período alavancou a “Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, documento elaborado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), em 1989, que fundamentou o conceito de Patrimônio Imaterial, ratificado pela UNESCO, em Paris, no ano de 2003, na “Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, a qual estabeleceu como Patrimônio Imaterial.

[...] As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. [...]

Acrescentamos a esses escritos a análise de Antônio Cardoso (2012), que discorre sobre reconhecimento social do patrimônio cultural afro e retrata a amplitude da importância desses patrimônios em nossa formação humana. Cardoso (2012, p.22) considera que:

O patrimônio cultural negro é algo para nós fundante da nossa própria humanidade, na medida em que ele está entretecido com o continente africano, considerando o fato de que historicamente a África nos legou não somente os primeiros humanos, mas também os saberes primordiais, os valores civilizatórios presentes nas religiões e culturas africanas e os conhecimentos, como a agricultura, como condição primeira para a reprodução da vida; um sistema de cura; a medicina; a tecnologia, o saber da forja ancestral do ferro que deu origem à metalurgia e as técnicas para a extração do ouro; a primeira universidade, a filosofia. O patrimônio cultural imaterial é uma concepção de patrimônio cultural que abrange as expressões culturais e

as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito à sua ancestralidade, para as gerações futuras.

De acordo com o autor, compreendemos a relevância de se trazer perspectivas de valorização da rica cultura imaterial afro-brasileira, acreditamos que essas ações vêm possibilitar novos olhares sobre as questões que envolvem esse patrimônio no Brasil, desconstruindo preconceitos e estereótipos. A partir do que temos discutido sobre cultura imaterial, sentimo-nos à vontade em sinalizá-la como uma abordagem compatível e importante para o currículo escolar, pois se apresenta como alternativa para fomentar a memória coletiva e o pertencimento dos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Em relação às memórias, conforme o historiador Jacques Le Goff (1990, p.368) “[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-na senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. Fica claro, a partir dos constructos do autor, que nossa memória individual, em seus aspectos psicológicos e sociais, está em constante movimento com o coletivo, sendo constituída dentro de nossas relações sociais, compondo com a memória coletiva da comunidade em que vivemos. Outra análise sobre a memória coletiva vem de Pierre Nora (1993) nos aponta que muito do que temos ou conhecemos hoje, nos chamados por ele de “lugares de memória”, como museus, monumentos, festas comemorativas etc., são na verdade memórias artificiais, oriundas da apropriação realizada pela história oficial das memórias coletivas. Esses lugares só existem pela agoniação ou inexistência das memórias enquanto práticas sociais. Para Nora (1993, p.12): “Os lugares de memória são antes de tudo restos”.

Apropriar-se da própria memória é uma ação essencial e contínua dos grupos. O patrimônio cultural, fundamentado nas tradições coletivas, é atravessado por inúmeras adversidades, como a falta de apoio do poder público e as investidas do mercado. Acreditamos que a memória coletiva, constituída nas culturas imateriais, pode fortalecer os sujeitos em seu reconhecimento social, por meio de suas memórias e pertencimentos, funcionando como um movimento contínuo dos elementos de resistência de uma comunidade. Compreendendo que a cultura imaterial, forjada na externalidade da escola, em seus arredores ou não, pode não estar tão longe quanto

se imagina, no sentido em que os sujeitos que compõem o espaço escolar são atravessados por ela, em suas experiências com o mundo, na compreensão de si, enquanto gente em seus pertencimentos sociais.



Figura 22 - Instrumentistas da Folia de Reis em Nova Almeida 6 de janeiro 2019.

Fonte: arquivo pessoal.



# Percursos Experiências coletivas

## 1º Experiência coletiva

**Título:** roda de conversa

**Objetivo:** compartilhar um projeto envolvendo a educação escolar e o Congo Mirim de Nova Almeida, procurando analisar a importância do trabalho com a cultura imaterial para o fortalecimento das memórias coletivas e pertencimentos dos sujeitos.

**Descrição:** o momento se compôs em uma roda de conversa com compartilhamento de ideias, a ação foi direcionada pela relevante contribuição da Prof.<sup>a</sup> Elinete Antunes do Nascimento, coordenadora do Congo Mirim de Nova Almeida, carinhosamente conhecida por “tia Neném”, que compartilhou suas experiências com o Congo Mirim nas escolas em que atuou. As professoras cursistas envolveram-se de forma fluida no movimento, escutando de forma sensível, dialogando ideias e vivências ligadas ao cotidiano escolar e a cultura do Congo na Serra.

**Material:** datashow, computador e caixa de som.

## NARRATIVAS

*[...]cresci vendo o Congo passar, meu pai participava do Congo, tocava instrumento [...]*

**Princesa**

*Há tempos atrás eu nem tinha interesse em conhecer, o que me levou a me interessar um pouco foi meu filho participar de uma aula de campo na escola. **Casaca***



Figura 23 - Grupo de professoras reunidas para foto após participação na roda de conversa.

**Fonte:** arquivo pessoal.



## 2º Experiência coletiva

**Título:** vivências com o brincar enquanto produção cultural imaterial.

**Objetivo:** a experiência coletiva teve por principal proposta a produção de estudos e práticas sobre brincadeiras, considerando-as enquanto produções culturais que fomentam culturas lúdicas, aprendizagens e pertencimentos, nos sujeitos presentes na escola. Esse exercício também objetivou analisar formas de preservação e ressignificação do brincar enquanto patrimônio cultural imaterial.

**Descrição:** a ação foi desenvolvida com a colaboração das professoras Ana Flávia Souza Sofiste e Elisa Barcellos da Cunha. Após apresentação e análise de conceitos ligados ao tema, foi proposto as docentes cursistas, a participação em experimentos educativos com brincadeiras tradicionais, como: pular corda, cirandas, caça ao tesouro e outras ações lúdicas. O grupo participou ativamente das brincadeiras e aprendizagens, que ocorreram na área interna e externa do centro de formação, essa experiência coletiva foi produtiva e prazerosa dentro do nosso processo formativo.

**Material:** corda, tesoura, bola, papel, envelopes, pincel, caneta e papel A4.



Figura 24 - Práticas brincantes com as docentes cursistas.

Fonte: arquivo pessoal.

## REFLEXÕES

Como os sujeitos podem reconhecer e se apropriar de suas culturas, se corremos o risco da não abordagem dessas produções em ambientes focais para fruição educacional, como as escolas? Como dar maior visibilidade às culturas imateriais locais em nossas escolas, fortalecendo a memória coletiva e pertencimentos dos sujeitos?

Acreditamos que um estudo crítico e reflexivo em torno dessas culturas, na formação docente, nos encaminha para a desconstrução de ideias pejorativas, que veem as culturas populares, como o Congo e Folia de Reis, por exemplo, como “não” culturas. O processo formativo nessa área pode contribuir para ampliação dos horizontes do

ensino, fomentando novas aprendizagens na escola, uma vez que passa a considerar como legítima as culturas produzidas pelos sujeitos nas imediações da escola, nas periferias do município. Além disso, aponta para um conhecimento humano desamarrado das hierarquias que foram historicamente impostas.

## SUGESTÕES

Para saber mais sobre cultura e patrimônio cultural:

### Vídeos:

Patrimônio Cultural Imaterial - Prof. Antônio Augusto Arantes. Endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=XLfwiOlvPu8>

Educação e Cultura (parte 2) - Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão. Endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=V34m19s3qmw>

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial:** ressonâncias, apropriações, vigilâncias. E-cadernos ces, n. 21, 2014.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. DP & A, 2003.

ARANTES, Antonio A. **O patrimônio cultural e seus usos:** a dimensão urbana. Revista Habitus- Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2009a.

ARANTES, Antônio Augusto. **A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil.** In: Inovação cultural, patrimônio e educação / Angel Espina Barrio, Antonio Motta, Mário Hélio Gomes, organizadores. - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009b.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **A folia de reis de Mossâmedes.** Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

\_\_\_\_\_. **O que é Folclore.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Vocação de criar:** anotações sobre a cultura e as culturas populares. Cad. Pesqui. [online]. 2009, vol.39, n.138, pp.715-746.

CANCLINNI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas:** estratégia para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2006.

CARDOSO, Marcos Antonio. **Patrimônio Cultural Negro-Africano:** Desafios contemporâneos. Patrimônio cultural, territórios e identidades / organizadores: João Carlos Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento. Florianópolis : Atilênde, 2012.200 p.



LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânica Tomázia do. **Patrimônio Cultural e Cultura Afro-brasileira**: Conflitos e mediações. Patrimônio cultural, territórios e identidades/organizadores: João Carlos Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento. Florianópolis: Atilênde, 2012. 200 p.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **Pesquisa social**: contribuições do método materialista históricodialético. In: CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia. O método dialético na pesquisa em educação. São Paulo: 2014.

ROCHA, Gilmar. **Cultura popular**: do folclore ao patrimônio. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 1, p. 218-236, 2009.

SILVA, Marcos Rodrigues da. **A religiosidade de matriz Africana como Patrimônio Histórico Cultural das Populações Afro-brasileiras**. Patrimônio cultural, territórios e identidades/ organizadores: João Carlos Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento. Florianópolis: Atilênde, 2012. 200 p.

SEGALA, Ligya. **Identidade, educação e patrimônio**: o trabalho do Laboep. Revista do IPHAN, v.3, 2005.

SOUZA, Marcela Stockler Coelho de. **A cultura invisível**: conhecimento indígena e patrimônio imaterial. Anuário Antropológico, n. I, p. 149-174, 2010.

# 4º Encontro





## NA SERRA, DEZEMBRO E JANEIRO ANUNCIAM CONGO E FOLIA: PECULIARIDADES DA CULTURA IMATERIAL NA COMUNIDADE DE NOVA ALMEIDA.

Somos seres simbólicos criadores de teias, tramas, redes e sistemas de regras de relações, de códigos de conduta, de gramáticas de relacionamentos, assim como de contos, cantos, mitos, poemas, ideias, ideologias, visões de mundo, religiões.

**Carlos Rodrigues Brandão**

Já fizemos referência nesse trabalho aos vários grupos de Congo espalhados pelas localidades da Serra. A maior parte desses grupos se apresenta em festividades populares no município, principalmente homenageando os Santos padroeiros desses grupos, dentre esses, São Benedito, São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário e São Pedro, suas expressões envolvem características culturais profanas e religiosas.

Na Serra, a maior parte dessas festividades do Congo se concentra entre dezembro e janeiro, período em que ocorrem algumas comemorações de destaque no município, havendo apresentações em vários locais, como nos bairros Serra Sede e Nova Almeida, este ultimo será nosso recorte local para analisarmos a cultura imaterial no município. Quanto a Folia de Reis, essa possui um calendário atrelado às festividades natalinas, por isso ocorre nesse mesmo período do ano. No decorrer deste capítulo, iremos apresentar algumas narrativas de participantes dessas culturas em Nova Almeida, porém, por motivos éticos, no lugar dos nomes usaremos palavras ligadas aos diversos significados de cultura.

A grande extensão e diversidade natural, cultural e étnica da Serra dão as suas inúmeras regiões e bairros um caráter peculiar. Nova Almeida é um desses lugares, em que visualizamos traços singulares, por lá, as características citadinas ainda não submergiram completamente o “ar” vilanesco desse antigo recanto da Serra. Cercada pela exuberância natural manifestada por suas falésias, rio e mar, Nova Almeida transita entre ser um bairro periférico da Serra, com todos os problemas urbano e sociais de uma cidade, e ser um ponto turístico de extrema relevância para o município.

Nova Almeida surge em uma região limítrofe entre o território da Serra e Fundão, de um aldeamento jesuítico nomeado de Reis Magos no século XVI. O aldeamento foi erguido em uma elevação nas proximidades do rio Reis Magos, a partir da mudança de local de um antigo aldeamento (Aldeia Velha), onde hoje se encontra o bairro Santa Cruz, pertencente a Fundão. Fontes históricas dão conta de que a localidade possui uma forte representatividade (FREIRE; ACHIAMÉ; NEVES, 2006), haja vista que ali foram erguidas, sob o comando dos jesuítas, entre o final desse mesmo século e início do XVII, o conjunto de igreja e residência Reis Magos. Outra demonstração de seu vulto está no grande número de indígenas habitando na região nesse período, cerca de 3000, conforme Vania Moreira (2017). A autora também afirma que os indígenas chegaram a exercer diversas funções de destaque na aldeia. Posteriormente, teremos a presença marcante de africanos e afrodescendentes no local.



Figura 25 - Vista do bairro Nova Almeida pela janela do monumento/igreja Reis Magos.

**Fonte:** arquivo pessoal.



Figura 26 - Igreja Reis Magos em Nova Almeida, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1943.

**Fonte:** <http://portal.iphan.gov.br/>

É justamente nesse espaço/lugar surpreendente que ressoam os sons, as vozes dos sujeitos em suas culturas e resistências, por isso, priorizamos dois de seus elementos culturais, para o estudo do patrimônio cultural imaterial da Serra.

*Eu acompanho o Congo por muito tempo, eu tenho paixão pelo Congo.*  
(Cultivo, Nova Almeida - Serra 12 de dezembro de 2018)

A nosso ver, essas culturas resistem justamente pela “paixão” transcendente das gentes que a compõem, gentes que se engendram no chão dos territórios culturais que, mesmo nos embates expelidos pela desvalorização e preconceitos relacionados ao patrimônio cultural popular, insistem no decurso agarrados à “corda e ao mastro”.

Não podemos deixar de mencionar que o Congo e a Folia de Reis, em Nova Almeida, implicam-se, enquanto culturas, ocorrendo em um mesmo período do ano entre os dias 25 de dezembro, 6 e 20 de janeiro. No dia 6 de janeiro em especial, no Congo, ocorrem o ritual de derrubada/cortada do mastro, que segue em cortejo para um local onde ficará guardado para outros momentos da festa do Congo. Nessa mesma data, na Folia de Reis, os componentes se apresentam na igreja e nas casas, havendo



atuações de participantes da Folia de Reis no Congo e vice-versa. Todo esse processo, que ocorre no entorno da igreja matriz, Reis Magos, pode parecer simples, mas visto de perto (estivemos participando/analizando enquanto pesquisadores), demonstra em seus sujeitos, que há uma linha muito tênue entre essas duas representações da cultura popular da Serra.

O Congo de Nova Almeida, no século XX, teve como principal mestre fundador Nelson Ramos. Seu legado foi seguido por seu aprendiz, mestre José Bento, principal nome no processo de revitalização do Congo adulto e mirim, e da Folia de Reis em Nova Almeida no início dos anos dois mil.



Figura 27 - Festa do Congo no dia 20 de Janeiro de 2019 início do percurso para "fincada do mastro".

Fonte: arquivo pessoal.

Na atualidade, o Congo de Nova Almeida está sendo coordenado por duas mulheres, assinalamos esta característica como relevante, tendo em vista que a dinâmica do patriarcado, historicamente, legou às mulheres um lugar secundário nas diversas áreas de nossa sociedade. Mesmo com a intensa participação feminina nessas culturas, é raro vê-las em posição de destaque, por isso, abrimos esse parêntese para deixar marcada a importância do papel feminino nas persistências das culturas populares no Brasil. Recordamos que dados da década de 1970 registrados no Atlas Folclórico do Brasil - Espírito Santo, também citam algumas raras lideranças femininas.

As festividades do Congo são marcadas por alguns momentos-chave, ocorrendo em diferentes datas entre dezembro e janeiro, tendo o desfecho no final da chamada

quaresma, ritual católico que compreende um período de 40 dias após a quarta-feira de cinzas. Os movimentos do Congo de Nova Almeida, assim como em outros locais da Serra, foram gerados a partir da historicidade negra, fazendo alusão à tradicional história do naufrágio de um navio negreiro na costa de Nova Almeida. Nesse episódio os negros teriam se salvado segurando em um mastro, clamando pelo *Santo Preto*.

Apresentamos abaixo um trecho dessa história, que subsiste principalmente pelas oralidades dos populares, não possuindo muitas comprovações documentais, uma vez que a história dos povos africanos e afrodescendentes era registrada principalmente pelos relatos orais, e transmitida ao longo das gerações. Ressaltamos que a história oficial era escrita de forma unilateral, baseada nos relatos e documentos da elite europeia, ignorando a história dos outros povos aqui estabelecidos. Estando enraizada na cultura popular dos serranos, a história que versa sobre o naufrágio de um navio negreiro possui muita importância. Entre as suas diversas significações, citamos o sincretismo cultural e religioso que se funde no Brasil colonial, a partir da religiosidade africana e do catolicismo europeu. Segue a história:

Em 1856, quando havia comércio de escravos para o Brasil, na viagem do navio vindo da África nas imediações das praias de Nova Almeida, deuse o naufrágio do navio, só restando 25 tripulantes que eram escravos e que se salvaram agarrados ao mastro que se desligou do barco, abraçado gritando pelo santo preto e pôr Deus que os salvassem, e este milagre eles receberam. Acontece que esses escravos se espalharam nas fazendas que existiam na época e nos engenhos de cana de açúcar em vários lugares do município da Serra, como: em Putiri; Cachoeirinha; Hestes; Perinheiro; Pindaibas; Muribeca; Queimado e lá viveram trabalhando para os senhores. Neste meio tempo eles lembraram que tinha uma promessa a pagar ao santo preto, criando uma banda de batuque ou banda de Congo feito com oco de pau e bambu, isto com permissão dos senhores. Com nome do santo preto que depois vieram, a saber, que era São Benedito, eles residiam em propriedades diferentes, isto é, no Município da Serra.

Fonte: Site da Associação de Bandas de Congo da Serra-ES. Endereço eletrônico: <http://www.abcserra.org.br/historia.html>

Na realidade, africanos e afro-brasileiros, em condição de escravidão, terão nessas narrativas e religiosidades, a oportunidade de se unir em coletividades, fazendo subsistir suas culturas e suas tramas (SOUZA, 2001). Daí o sentido e a importância dessas historicidades dentro do arcabouço de resistência cultural da negritude serrana.

Eu vim do mar  
Eu vim correndo da tempestade  
Vim louvar São Benedito no meio dessa cidade

São Benedito é Santo  
Santo da proteção  
Vim louvar São Benedito  
No meio da multidão

Canção de Congo. Fonte: CD - Congo o canto da alma- volume 1- 2003/ Associação de Bandas de Congo da Serra.



O grupo de Congo (adulto) de Nova Almeida é formado basicamente por cerca de 35 componentes, entre instrumentistas, mestres e rainhas. Nos dias de apresentações, os grupos de Congo do entorno também costumam marcar presença, participando da caminhada, como Congo de Jacaraípe por exemplo. Os momentos do Congo local irão se constituir propriamente em quatro, conforme explicitaremos.

Figura 28 - Dançarinas do Congo no início do percurso para "fincada do mastro", dia 20 de janeiro de 2019.

Fonte: arquivo pessoal.



No início de janeiro, ocorre a *Cortada do Mastro*. Nesse movimento, os grupos de Congo adulto e do Congo Mirim saem pelas ruas que circundam a igreja dos Reis Magos, acompanhados de inúmeros populares, carregando o mastro cortado, tocando e cantando músicas tradicionais do Congo, as dançadeiras e rainhas ostentam os estandartes em devoção a São Benedito e São Sebastião, santos guias do Congo de Nova Almeida. O som das casacas e dos tambores guiam os movimentos dançantes circulares das dançarinas do Congo, que ostentam o “giro” das saias, contagiando a multidão que as acompanha. Esse primeiro momento termina com a entrega do mastro, para ser guardado na casa de um antigo componente do grupo.

Ô tindolelê ô tindolalá  
Deixa a caixa batê  
Deixa o Congo rolar

Trecho de canção de Congo - Fonte: CD - Congo o canto da alma- volume 1- 2003/Associação de Bandas de Congo da Serra.

Em 19 de janeiro, ocorre a Escondida do Mastro. O mastro é levado para ser “escondido” em um local. O cortejo festivo do Congo acompanha o percurso até determinado ponto do bairro. Após esse momento, o mastro continua sendo levado somente por alguns participantes do Congo.

No terceiro momento, em 20 de janeiro, ocorre a culminância da cultura congueira de Nova Almeida, onde acontece a Fincada do Mastro em frente à igreja matriz. Nesse dia, os componentes do grupo adulto e mirim do Congo saem às ruas novamente, dessa vez, para uma caminhada mais longa. Agora, além do mastro e estandartes dos

Figura 29 - Mastro sendo carregado durante a cortada do mastro em 6 de janeiro de 2019.

Fonte: arquivo pessoal.



Figura 30 - Dançarina do grupo Congo com estandarte em 6 de janeiro de 2019.

Fonte: arquivo pessoal.

santos, temos mais um elemento central, um barco, em homenagem a São Benedito e a São Sebastião, que é carregado exaustivamente pelos populares, apenas com auxílio de rodas e uma corda.

*Eu gosto do Congo desde pequena é uma terapia para mim, acho que é minha vida.*

(Semente, Nova Almeida - Serra 27 de dezembro de 2018)

O barco é movido da frente da igreja ladeira abaixo, circulando pelas principais vias do bairro, acompanhado pelos batuques e vozes das gentes do Congo e por uma multidão de populares. Ao fim de uma caminhada de mais de três horas, o mastro é fincado em frente a igreja matriz. O ciclo festivo do Congo se fecha em um quarto momento, a Retirada do Mastro, que é realizado após a quaresma, no sábado de Aleluia, que não possui data fixa. Salientamos que, embora possua certa religiosidade em sua essência, resguardando características das religiões de matriz africana e do catolicismo, o Congo de Nova Almeida demonstra estar mais ligado às tradições culturais do lazer, da dança, e da diversão.

*Eu não vejo ninguém de vela acesa fazendo oração, como acontece no Congo de Serra Sede.*

(Cultivo, Nova Almeida - Serra 12 de dezembro de 2018)

Embora possuam um grande vulto, enquanto patrimônios culturais do município, a cultura do Congo e da Folia de Reis, em seus participantes, enfrentam grandes adversidades, entre elas, a desvalorização enquanto cultura, os escassos investimentos governamentais e os preconceitos relacionados à cultura afro-brasileira, proveniente de moradores, autoridades públicas e até mesmo pela



Figura 31 - Barco em homenagem a São Sebastião e São Benedito sendo carregado durante a Fincada do mastro em 20 de janeiro de 2019.

Fonte: arquivo pessoal.

comunidade escolar. Obtivemos essas informações nos diálogos com a comunidade, mas os estudos teóricos (MUNANGA, 2005) demonstram que isso ocorre devido a uma série de problemas que circundam as relações étnicas e raciais brasileiras.





Figura 32 - Populares puxando o barco com a corda, 20 de janeiro de 2019.

Fonte: arquivo pessoal.

*Teve um que estava quase desistindo porque falaram com ele que era macumba. Eu observo que os professores não são chegados ao Congo, é uma coisa séria para manter esse Congo aqui.*

(Cultivo, Nova Almeida - Serra 12 de dezembro de 2018)

Existe uma outra questão que não podemos deixar de expor: o uso desses patrimônios culturais pelos poderes públicos apenas com interesses políticos e econômicos, quando são usados apenas como atrativo turístico, mascarando as realidades de desigualdades sociais que assolam os sujeitos que compõe esses patrimônios, e a falta de investimentos públicos em sua essência cultural (CANCLINI, 1999). Em Nova Almeida, observamos esse contexto, sobretudo nas apresentações Congo e Folia de Reis em 6 de janeiro, data em que também se comemora a fundação do local. Nesse período, a administração municipal investe de forma maciça em propagandas e shows<sup>4</sup>, deixando

a desejar nos investimentos relacionados aos patrimônios culturais que nomeiam as festividades, que sobrevivem principalmente de doações e investimentos pessoais de seus participantes. Esse contexto, emergiu nas entrelinhas de nossos diálogos com moradores do bairro.

A pesquisa de Ubirajara Nascimento (2014), que investigou, junto aos moradores de Nova Almeida, as políticas públicas municipais relacionadas ao ciclo festivo do bairro, também confirma essa situação. O autor assim expõe:

Interessante destacar que houve casos de entrevistados que disseram que as atividades relacionadas ao ciclo folclórico tem carência de recursos financeiros, onde há casos de indivíduos que direcionam parte de sua renda para a manutenção de algumas atividades. [...] O ideal é que as manifestações e ações afetas ao patrimônio material e imaterial da comunidade de Nova Almeida fossem sustentáveis, de maneira a poder perpetuar sua existência. (NASCIMENTO, 2014,p.70)

Nascimento (2014) nos aponta um outro problema relacionado ao ciclo cultural e religioso de Nova Almeida: a falta de autonomia dos participantes e moradores do bairro na gestão dessas culturas. Fora visto em sua investigação que os movimentos culturais, por vezes, são direcionados por forças governamentais, como exemplo o autor cita a mudança de data da comemoração da Festa de São Benedito de dezembro para janeiro. Essas e outras ações acabam deixando à margem os sujeitos dos saberes e fazeres culturais.

É necessário estimular um modelo de luta social que tenha um

novo instrumento de emancipação, que estimule a sensibilização dos que residem na região, de maneira que possam ser agentes transformadores das relações políticas, sociais e culturais existentes. É preciso haver novas lideranças surgidas no território de maneira que estes, conhecedores da realidade e das tradições, possam ser os novos intelectuais orgânicos que possam interagir de maneira coletiva em prol do desenvolvimento e a implementação de políticas públicas voltadas as carências locais, neste caso, afeto ao Ciclo Folclórico Religioso da comunidade de Nova Almeida. Desta maneira, é preciso estimular a superação da alienação, promover ações com foco na emancipação do cidadão quanto à dependência governamental e que possa então, desenvolver um pensamento crítico que viabilize a elaboração de políticas públicas efetivas para a localidade (NASCIMENTO, 2014, p.32).

Concordamos com Nascimento (2014), quanto a uma forma de emancipação cultural que venha a conceder empoderamento social aos sujeitos que fazem e compõe essas culturas, por meio do fomento à consciência crítica, possibilitando que os mesmos possam, de forma coletiva, transcender as imposições e pressões externas. Ratificamos esse posicionamento nas palavras de Brandão (2009, p.742):

Não devemos duvidar de que sempre “algo pode ser feito pelas nossas culturas populares”. Mas, desde que de dentro para fora. Desde que deixadas as decisões sobre o acontecer de uma cultura própria nas mãos de seus criadores, usuários locais e atores do que criam e colocam “em cena” para si mesmos e para os outros. Os “seus outros” e os “nossos outros”.

Reportando-nos acerca de outra importante cultura imaterial de Nova Almeida, trazemos a Folia de Reis à cena. Sabemos ser secular a Folia de Reis que ocorre nesse local, reduto do município serrano, entretanto temos poucas comprovações documentais dessa subsistência. Antigos moradores, aqueles que contam com mais de 60 anos de idade, relatam conhecer essa expressão cultural desde criança. Lembrando que os processos culturais imateriais subsistem principalmente pela cultura oral, sendo transmitidas pelos mais velhos ao longo das gerações. Entretanto, como já salientamos, tanto o Congo quanto à Folia de Reis, não possuem um percurso linear em sua existência, reconfigurando-se de tempos em tempos.

Podemos captar essa inconstância na obra de Moura (2006, p.31) que versa sobre esse importante bairro, que luta pela preservação de sua cultura. Vejamos o que afirma Moura (2006), sobre a revitalização da Folia de Reis no local nos primeiros anos do século XXI:

Afonso Furtado, que depois se tornou amigo de Zé Bento (liderança do Congo-Mirim em Nova Almeida), era apenas mais um visitante da Igreja e Residência dos Reis Magos, que Zé Bento sempre protegeu, quando lançou um desafio. “Como uma igreja dedicada aos Reis Magos não

4 Propaganda do evento no ano 2019. Endereço eletrônico: <https://www.portaltenponovo.com.br/foia-de-reis-congo-e-shows-nos-462-anos-de-nova-almeida/> Acesso em janeiro de 2019.



tem uma Folia de Reis?" Zé Bento, juntamente com a família, e ainda Baiana, Maria Joaquina, Dorzila, Dona Dília, Nely, Marlete Pinheiro, Roberto Augusto dentre outras pessoas, aceitaram o desafio e fundaram a Folia de Reis de Nova Almeida há seis anos. (MOURA, 2006, p.31).

A Folia de Reis está mais ligada aos aspectos religiosos do catolicismo popular, contudo, não podemos dizer que não possui alguns traços da cultura afro-brasileira. Esses traços podem ser observados nos movimentos dançantes, nas vestes e nas vozes que rezam e cantam toadas. Além disso, as culturas se mostram híbridas, seus contornos são observados nos intercâmbios entre participantes do Congo e da Folia de Reis.

*"Gosto da Folia de Reis, é como uma família pra gente, nós somos uma família."*  
(Saber, Nova Almeida - Serra, 8 de maio de 2019.)

A Folia de Reis é composta por cerca de 15 componentes, entre tocadores de violão, triângulo e sanfona, reis (três) e rainhas. Convém mencionar que essa Folia não possui o personagem, "palhaço". O grupo se reúne no dia 6 de janeiro, do lado de fora da igreja, faz prévias das toadas populares e rezas entre si, enquanto dentro da igreja ocorre uma missa. O pano de fundo vem da tradição histórica cristã, dos três Reis Magos, no episódio em que presenteiam e anunciam o nascimento do Cristo.

O primeiro momento ocorre com a entrada do grupo de foliões na igreja. No final da missa, uma pequena parte das pessoas vai embora, mas a maioria permanece dentro da igreja para receber os foliões, que adentram a igreja, tendo a frente a rainha com o estandarte e os três reis, representando os reis Magos, que caminham cantando e tocando.

Ai, andar andei!  
Ai, como eu andei!  
E aprendi a nova lei:  
Alegria em nome da rainha.  
E folia em nome de rei!

Trecho de canção entoada na Folia Reis em Nova Almeida.  
Fonte: <https://www.letras.mus.br/baiano-os-novos-caetanos/1272051/>

Após essa breve apresentação, os foliões saem da igreja, mantendo a mesma formação, tocando e cantado, acompanhados pelo povo, em direção à praça central. Nesse local, fica o palco central para exibição de shows em comemoração à fundação do bairro. Foliões se apresentam e são apresentados brevemente nesse palco. Em seguida, cantam-se os parabéns, homenageando a fundação do local, em uma espécie de



Figura 33 - Componentes da Folia de Reis se reunindo.

Fonte: arquivo pessoal.

momento cívico.

Após a apresentação no palco, os foliões seguem para as casas, com rezas e cantos. Parte do percurso é feito de carro, devido à idade avançada de alguns componentes e a distância de algumas casas que, por tradição, recebem o grupo da Folia de Reis. Nas casas (escolhidas previamente) são distribuídos lanches e bebidas aos foliões, como uma espécie de oferta, diferenciando-se das doações em espécie (destinadas a manutenção do grupo, à igreja ou a comunidade), que eram realizadas pelos moradores nas antigas apresentações.

Santos Reis aqui chegaram, ai, ai  
Cansados de viajar, ai, ai  
Vieram pedir uma oferta, ai  
Veja lá se pode dar, ai ai  
Deus menino hoje nasce, ai ai  
Santos reis pedem justiça, ai, ai/ aos que governam a nação ai, ai  
Porquê existem cofres cheios, ai/e há marmitas sem feijão, ai, ai  
Santos reis vão despedindo-se ai, ai/ mas prometem aqui voltar ai, ai  
Juntos com Jesus menino, ai  
Para todos abençoar ai, ai

Canção interpretada pelos foliões quando entram nas casas.  
Fonte: <https://www.ouvirmusica.com.br/moreno-moreninho/884075/>

Alguns trechos da canção acima reforçam o caráter de ato político dessas culturas, que demonstram, além de uma resiliência cultural e religiosa, uma resiliência social: "existem cofres cheios, aí, e há marmitas sem feijão".

Fizemos alguns delineamentos das apresentações da Folia de Reis e do Congo, para melhor evidenciar o enraizamento desses patrimônios culturais no coletivo serrano, em seus pertencimentos e em suas identidades. Essas expressões nos inclinam a



Figuras 34 e 35- Entrada do grupo de Folia de Reis na igreja, 6 de janeiro de 2019.

Fonte: arquivo pessoal.



# Percursos Experiências coletivas

pensar na necessidade que temos de desbravar a essência desses patrimônios, fazendo irromper sua importância, enquanto patrimônio calcado na base cultural brasileira e no conhecimento científico. Almejamos que fique evidente que o tema precisa ser considerado dentro de uma Educação que perspetive os sujeitos em suas culturas, em sua plenitude humana, uma educação desenlaçada das hierarquias sociais excludentes. Aproximar esse diálogo da escola, por meio da formação de professores, é dar um “passo” a mais no sentido emancipatório da comunidade escolar.

## 1º Experiência coletiva

**Título:** roda de conversa com experiência do sensível

**Objetivos:** trazer discussões em torno do reconhecimento das culturas e etnias em suas diversas produções.

**Descrição:** a experiência foi conduzida com a importante colaboração da Professora Marina Rodrigues Miranda, que propôs ao grupo que se organizasse suas cadeiras em uma roda. No centro da roda foram distribuídos artefatos das culturas indígenas e afro-brasileiras. Em momentos anteriores ao encontro, solicitamos que as docentes trouxessem uma pequena quantidade de terra dos locais que considerassem importante em suas vidas, dessa forma, com um punhado de terra na mão, as docentes compartilharam suas experiências, enquanto educadoras que são atravessadas por questões étnicas e culturais.

**Material:** imagens e artefatos culturais.



Figura 36 - Docentes cursistas participando de oficina.

Fonte: arquivo pessoal.

## 2º Experiência coletiva

**Título:** aula de campo com roda de conversa e visita educativa.

**Objetivos:** tivemos como primeiro objetivo a realização de um encontro com experiência de campo, entre as docentes cursistas e participantes do Congo e da Folia de Reis, em Nova Almeida, para uma escuta sensível de suas narrativas, almejando conhecer mais sobre as historicidades e peculiaridades desses movimentos culturais.

Um segundo objetivo foi de efetuar uma visita educativa ao Monumento Reis Magos, com exposição e compartilhamento sobre a história de Nova Almeida, ressaltando as principais características do monumento e suas implicações para as culturas que ocorrem no bairro.

**Descrição:** Em uma sala do Monumento Reis Magos, realizamos uma roda de conversa com participantes do Congo e da Folia de Reis. As contribuições dadas por esses sujeitos sobre saberes e fazeres culturais foram valiosas para o grupo, possibilitando alguns desvelamentos dos percursos dessas culturas, dos enfrentamentos que os sujeitos empreendem para manter essas produções. Além disso, aproximou os diálogos dessas culturas em seus sujeitos, dos contextos escolares, que emergiram pelas narrativas das professoras presentes. As professoras expuseram os desafios encontrados no contexto escolar, como os distanciamentos, preconceitos e estereótipos para com as produções culturais de origem popular. Também expuseram a relevância da temática para formação dos professores, e dos educandos, e a necessidade de enfrentamento desses desafios para transformação dessas práticas. Fechamos essa experiência coletiva com uma visita educativa aos espaços do monumento Reis Magos. Esse outro instante fluido e precioso, ocorreu com a visita ao monumento direcionada pela significativa contribuição do professor Henrique Sepulchro. O grupo refletiu de forma crítica sobre as características do lugar, compartilhando conhecimentos que transcenderam ao belíssimo patrimônio material a nossa vista, o “olhar” voltou-se para as diversidades étnicas, memórias e histórias que atravessaram a construção, e as implicações desse movimento para composição do Congo e da Folia de Reis na localidade.

**Material:** garrafas com água e protetor solar.

## NARRATIVAS

*Eu fico pra morrer quando falam: fulano não tem cultura [...] cultura a gente já nasce dentro dela. Cantoria*

*É banalizar a cultura daquela região, simplesmente colocam tudo num balaio sacodem e: está aí. Foliã*

*Eu sendo branca me incomodava, porque eu tenho irmãos negros, minha irmã é negra, meu esposo é negro e eu, em uma família de negros, percebia que meu tom de pele prevalecia por eu ser branca, aquilo me incomodava. Vozes*

*Eu tive a oportunidade de ressignificar esse conteúdo e trazer a temática para a sala de aula fazendo esse curso. Andança*

*Eu estou aprendendo muito estou levando para uma turminha de 1º ano aqui na Serra, vou levar essa experiência para resto da vida está sendo maravilhoso. Rainha*



Figura 37 – Roda de Conversa entre docentes e participantes do Congo e Folia de Reis.

Fonte: arquivo pessoal.

Figura 38 – Vista do bairro Nova Almeida pela janela do monumento Reis Magos.

Fonte: arquivo pessoal.



Figura 39 – Grupo de professoras em visita educativa ao monumento Reis Magos.

Fonte: arquivo pessoal.

Figura 40 – Grupo de professoras em visita educativa ao monumento Reis Magos.

Fonte: arquivo pessoal.



Figura 41 – Grupo de professoras em visita educativa ao monumento Reis Magos.

Fonte: arquivo pessoal.



## REFLEXÕES

Analisando a importância que o Congo e a Folia de Reis de Nova Almeida têm para os sujeitos que vivem na Serra, acreditamos na relevância dessa temática para a comunidade escolar do município. Contudo, alguns apontamentos realizados pelas docentes, durante a formação, demonstram que a cultura imaterial ainda é pouco tratada nas escolas. Esse cenário demonstra a grande necessidade de fomento de ações formativas para o reconhecimento dessas culturas, sobretudo nos espaços formais de educação, como a escola. Podemos sim, perspectivar por essas práticas, uma educação mais democrática, que busque valorizar a diversidade étnica e cultural nas produções populares. Reconhecendo a cultura dos antepassados dos povos remanescentes, possibilitando dessa forma, o fortalecimento de nossa identidade, sedimentando a construção de uma sociedade mais justa e humanizada.

## SUGESTÕES

Que tal ver e escutar o Congo e a Folia de Reis de Nova Almeida e saber mais sobre as culturas imateriais da Serra?

**Vídeos:** Banda do Congo de São Benedito e São Sebastião de Nova Almeida - Híbridos rituais/festas. Endereço eletrônico: <https://hibridos.cc/po/rituals/festas-de-no-vaalmeida/>

Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ORW2O78XgI4>

Folia de Reis de Nova Almeida. Híbridos rituais/festas. Endereço eletrônico: <https://hibridos.cc/po/rituals/festas-de-nova-almeida/>

Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=IBOs ttY36Q>

Sob o signo do Congo - Endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=hpYACmUJorM>

**Site:** Associação das Bandas de Congo da Serra: <http://www.abcserra.org.br/>

## REFERÊNCIAS

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **A folia de reis de Mossâmedes**. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

\_\_\_\_\_. **O que é Folclore**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Vocação de criar:** anotações sobre a cultura e as culturas populares. Cad. Pesqui. [online]. 2009, vol.39, n.138, pp.715-746.

CANCLINNI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas:** estratégia para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2006

CARDOSO, Marcos Antonio. **Patrimônio Cultural Negro-Africano:** Desafios

contemporâneos. Patrimônio cultural, territórios e identidades/organizadores: João Carlos Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento. Florianópolis: Atilênde, 2012.200 p.

FREIRE, Mário Aristides; ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos. **A capitania do Espírito Santo:** crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores, 1535- 1822. Flor & Cultura Editores, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE. **Atlas Folclórico do Brasil - Espírito Santo**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1982.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo** / Cleber Maciel; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. -2ª ed. - Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MIRANDA, M. R. (2007). **Leituras de imagens: da casaca à Konshaça** - mediações na particularidade do enredo cultural serrano, na formação de professores em educação a distância. Dissertação (Mestrado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MOURA, Aurélio Carlos Marques. **Nova Almeida/** texto Aurélio Carlos Marques de Moura; fotos Rodger Hedu Savaris. - Serra: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer. Set/2006.50p. (Coleção Mestre Álvaro, Volume II).

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil:** um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

\_\_\_\_\_. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada/[Brasília]: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena:** conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860/Vânia Maria Losada. Vitória: Arquivo

NASCIMENTO, Ubirajara Corrêa. **Impactos das políticas públicas municipais de cultura sobre o ciclo folclórico religioso da comunidade de Nova Almeida, Serra/ES, a partir da década de 1990**. Dissertação (Mestrado em políticas públicas e desenvolvimento) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM, Vitória, 2014.

ROCHA, Levy. **Viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

SILVA, Marcos Rodrigues da. **A religiosidade de matriz Africana como Patrimônio Histórico Cultural das Populações Afro-brasileiras**. Patrimônio cultural, territórios e identidades/organizadores: João Carlos Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento. Florianópolis:Atilênde, 2012.200 p.

SOUZA, Marina de Mello. **História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil-séculos XVIII e XIX**. Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa, v. 1, p. 249-260, 2001.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso percurso, foi possível confirmar a necessidade de fazer adentrar nos espaços escolares brasileiros elementos culturais de matriz afrodescendentes e, com prioridade, naqueles lugares que contam com alguns desses patrimônios imateriais, enraizados e preservados em sua cultura. Ao enveredar pelos caminhos do Congo e da Folia de Reis que se conservam e se apresentam no município da Serra, confirmou-se, por meio deste trabalho, amparado pelos autores referenciados, que, mesmo as escolas das localidades em que há a preservação da cultura herdada pelos povos advindos dos países africanos, existem dificuldades para inserir o conhecimento acerca da multiplicidade dos aspectos da riqueza cultural existentes nesses patrimônios imateriais.

Nas formações de professores, com os quais partilhamos as experiências para compor este material, reafirmam-se a necessidade de aproximação de temáticas voltadas ao patrimônio cultural imaterial na educação formal. Além disso, percebemos a urgência de trabalhos e materiais educativos que tragam reflexões em torno das relações étnicas e culturais na escola, tendo em vista, que observamos nos estudos teóricos e nas diversas narrativas docentes, a persistência de preconceitos e racismos em nossa sociedade. Assim, essas e outras questões, permitem-nos apontar a necessidade de uma política de formação mais intensa, levando em conta a cultura imaterial como perspectivas formativas aos professores, considerando em seu processo, os anseios, práticas, vivências ou até mesmo as trajetórias pessoais docentes. Enfim, constatou-se, principalmente com os sujeitos que colaboraram com essa pesquisa, que a cultura que se apresenta nesses locais pode, em muito, contribuir para uma produção formativa mais humanizadora e qualificadora das ações curriculares. Dessa forma, almejamos que esse material educativo possa alavancar nossas performances formativas com essa temática na formação docente, constituindo-se como mais uma ferramenta na luta por uma Educação efetivamente emancipatória.